



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FARMACOLOGIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM FARMACOLOGIA

Jéssica Agne

**AVALIAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM FARMACOLOGIA:
construção de instrumento a partir da perspectiva dos egressos**

Florianópolis
2022

Jéssica Agne

**AVALIAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM FARMACOLOGIA:
construção de instrumento a partir da perspectiva dos egressos**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Farmacologia, nível Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do grau de Mestre em Farmacologia.

Orientadora: Prof. Dra. Helena Cimarosti

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Agne, Jéssica

AVALIAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM FARMACOLOGIA:
construção de instrumento a partir da perspectiva dos
egressos / Jéssica Agne ; orientador, Helena Iturvides
Cimarosti, 2022.

111 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade
Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Biológicas,
Programa de Pós-Graduação em Farmacologia, Florianópolis,
2022.

Inclui referências.

1. Farmacologia. 2. Avaliação do Mestrado Profissional
em Farmacologia. 3. Percepção dos egressos. 4.
Autoavaliação. 5. Elaboração de instrumento . I. Iturvides
Cimarosti, Helena. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Farmacologia. III.
Título.

Jéssica Agne

**Avaliação do mestrado profissional em farmacologia: construção de instrumento
a partir da perspectiva dos egressos**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Francine Lima Gelbcke, Dra.

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Daniel Fernandes, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Farmacologia.

Prof. Leandro José Bertoglio, Dr.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Helena Cimarosti, Dra.

Orientadora

Florianópolis, 2022

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas que me apoiaram durante esse processo, em especial à minha família, amigos e colegas de classe.

AGRADECIMENTOS

Esses dias ao ler o trabalho de uma amiga me chamou a atenção o formato não muito convencional dos seus agradecimentos. Não seguia os padrões comuns, era um relato sincero e de coração, ali, publicado em meio a um trabalho acadêmico, achei original e inspirador. Como ela disse, “ essa é a parte em que muitos pulam, pois o que é gratidão para mim, pode não ser para os demais. Mas, talvez seja o espaço mais propício para exercer a liberdade em meio a tanta formalidade”, a partir dessa reflexão início os meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço primeiramente a Deus que ao longo de minha vida permitiu que situações e desafios me fizessem superar meus limites, me tornado a cada dia uma pessoa melhor. Por todas as oportunidades que tive na área acadêmica. Por me proteger em todas as viagens às sextas feiras às 4h da manhã, de Araranguá a Florianópolis para as aulas do mestrado, assim como na volta para casa ao fim de um longo e cansativo dia. Por me dar coragem todas as vezes que pensei em desistir e por me acolher quando me sentia ausente do meu convívio familiar devido a tantas tarefas. Obrigada Deus, por me ensinar que a fé é a essência da vida.

Aos meus pais que nunca mediram esforços para me dar a melhor educação possível, mesmo não sendo graduados sempre me incentivaram a estudar e a nunca desistir. Ao meu pai que lá do céu se orgulha da sua menina e a minha mãe, minha maior inspiração, sinônimo de força, resiliência e amor. Você foi essencial ao cuidar de mim e das minhas meninas.

Ao meu marido por me apoiar na escolha do meu caminho e me incentivar a continuar. Por compreender todas as minhas ausências, acolher nossas filhas e principalmente pela sua ajuda estatística, sem ele meu trabalho não teria nenhum gráfico.

As minhas filhas por serem meu refúgio, minha fortaleza e minha inspiração. As vezes o sono e o cansaço pareciam me dominar, mas com um sorriso elas me lembravam do meu propósito e me davam coragem para seguir em frente.

A minha orientadora pelo apoio e incentivo, por não ter me deixado desistir e ter demonstrado toda sua empatia e experiência como mãe, estudante e profissional, papéis difíceis de exercer, muitas vezes pesados, porém recompensadores.

Aos meus colegas do Programa de Mestrado Profissional pela amizade e troca de conhecimentos. Vocês foram fundamentais ao longo desse processo, foram inspiração, aprendizado e diversão, tornaram às sextas feiras mais leves e produtivas. Em especial a minha colega de mestrado e de estrada, que compartilhava além do conhecimento o volante, dividindo o cansaço, o sono e boas conversas nas viagens semanais.

Aos meus professores do Mestrado Profissional em Farmacologia, por todos os ensinamentos ministrados. Vocês são admiráveis.

Aos membros da banca que gentilmente aceitaram ao convite. Certamente suas contribuições engrandecerão este trabalho.

Por fim, agradeço a todos que participaram direta ou indiretamente da minha formação, amigos, colegas de trabalho e desconhecidos, deixo aqui meu muito obrigada.

“Ainda que os teus passos pareçam inúteis, vai abrindo caminhos, como a água que desce cantando da montanha. Outros te seguirão...” (Antoine de Saint-Exupéry).

RESUMO

O Mestrado Profissional (MP) representa a modalidade de pós-graduação *stricto sensu* mais recente no Brasil. É voltada para a capacitação de profissionais, nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas, processos, ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho. O principal objetivo do MP é contribuir com o setor produtivo nacional no sentido de agregar um nível maior de competitividade e produtividade a empresas e organizações. Para garantia dos seus objetivos é necessário a manutenção da qualidade do MP e para isso faz-se necessário aprimorar os processos de avaliação do curso e o acompanhamento de egressos. Diante disto, o objetivo deste trabalho é refletir sobre as perspectivas dos egressos do Mestrado Profissional em Farmacologia (MPF) sobre os impactos do curso nas trajetórias profissional, acadêmica, pessoal e social afim de propor um instrumento para acompanhamento de egressos e avaliação do curso do MPF. Trata-se de um estudo exploratório, seccional e metodológico, com levantamento de dados qualitativos acerca das relações entre a formação no MPF e as perspectivas dos egressos com relação ao curso. O estudo teve como base um questionário *on-line* que foi enviado por correio eletrônico a todos egressos do MPF. Dos 24 participantes 75% eram do sexo feminino, 75% provenientes de instituição de ensino pública e 79% graduados em Farmácia. O principal motivo que levou os egressos a buscar o curso foi aprimoramento técnico-científico. A maioria relatou que o MP produziu modificações importantes no seu processo de trabalho como aumento na capacidade de elaborar soluções para os problemas, porém não resultou em ascensão profissional após a obtenção do título de mestre. A grande parte continua atuando da área acadêmica de alguma maneira e consideram que seu trabalho gerou impactos positivos na sociedade, assim como sobre os aspectos de natureza pessoal. Quando avaliado aspectos gerias do curso, como processo seletivo, disciplinas, metodologias utilizadas, docentes, infraestrutura a maioria avaliou esses aspectos positivamente. Concluiu-se que as expectativas dos egressos em relação a participação no MPF foram alcançadas e foi elaborado um instrumento para acompanhamento de egressos e avaliação do curso, proposto à coordenação do MPF-UFSC, a fim de que o mesmo possa auxiliar na tomada de decisão acerca dos caminhos a serem seguidos, aspectos a serem reforçados e reformulados do curso.

Palavras-chave: Pós-graduação. Autoavaliação. Questionário. Farmacologia.

ABSTRACT

The Professional Master's (MP) represents Brazil's most recent *stricto sensu* postgraduate modality. It is aimed at training professionals in different areas of knowledge, through the study of techniques, processes, or themes that meet some demands in the labour market. The main objective of the MP is to contribute to the national productive sector to add a higher level of competitiveness and productivity to companies and organizations. To guarantee its objectives is necessary to maintain the quality of the MP improving the processes of course evaluation and monitoring graduates. In this way, this work aims to reflect on the perspectives of the Professional Master's in Pharmacology (MPF) graduates about the impacts on professional, academic, personal, and social trajectories and propose an instrument for monitoring graduates and evaluation of the MPF course. This is an exploratory, cross-sectional study and methodological, with a qualitative survey about the relationship between training at the MPF and the perspectives of graduates about the course. The study was based on an online questionnaire that was sent by email to all MPF graduates. Among 24 participants, 75% were female, 75% came from a public educational institution and 79% graduated in Pharmacy. The main reason that led the graduates to seek the course was a technical-scientific improvement. Most reported that the MP produced important changes in their work process, such as an increase in the ability to develop problem solutions but obtaining a master's degree didn't impact their professional career. Most continue in academic work and consider that their study impacts positively on society and personal aspects. In assessing general aspects of MPF, like the selection process, disciplines, methodologies, professors, and infrastructure, the majority evaluated these aspects positively. Results indicated that the expectations of the graduates about participation in the MPF were achieved and an instrument was developed to monitor graduates and evaluate the course, proposed to the coordination of the MPF-UFSC, so that it can assist in decision-making about the paths to be followed, aspects to be reinforced and reformulated in the course.

Keywords: Graduate. Self-evaluation. Questionnaire. Pharmacology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Trajetória cronológica da evolução normativa do MP no Brasil	21
Figura 2- Principal motivo que levou a cursar o MPF	39
Figura 3- Principais motivos que levaram a realização do MPF	39
Figura 4- Expectativa em relação a participação no MPF	40
Figura 5- A pesquisa desenvolvida durante o MPF	42
Figura 6- PTTs desenvolvidos pelos egressos	44
Figura 7- Ações de impacto social	46
Figura 8- Impressão sobre como foi conciliar vida pessoal, profissional e MPF	47
Figura 9- Primeiro grupo de resultados: em relação a proposta do MPF	49
Figura 10- Segundo grupo de resultados: em relação a proposta do MPF	50
Figura 11- Terceiro grupo de resultados: em relação a proposta do MPF	51
Figura 12- Quarto grupo de resultados: em relação a proposta do MPF	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Produtos Técnicos-Tecnológicos (PTTs) da Área CBII	25
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Cursos avaliados e reconhecidos pela CAPES na área CBII	24
Tabela 2- Identificação dos egressos	38
Tabela 3- Impactos profissionais do MPF	41
Tabela 4- Impactos acadêmicos após o MPF	43
Tabela 5- Visibilidade on-line e as estratégias de divulgação do MPF	45
Tabela 6- Participação do egresso em ações de impacto.....	45
Tabela 7- Principais finalidades do MPF	47
Tabela 8- Interesses relacionados ao MPF	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BU	Biblioteca Universitária
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBII	Ciências Biológicas II
CEPSH	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DP	Doutorado Profissional
EAD	Ensino a Distância
IES	Instituições de ensino superior
MA	Mestrado Acadêmico
MEC	Ministério da Educação
MP	Mestrado Profissional
MPF	Mestrado Profissional em Farmacologia
ONG	Organização não governamental
POP	Procedimento Operacional Padrão
PNPG	Planos Nacionais de Pós-Graduação
PPGFMC	Programa de Pós-Graduação em Farmacologia
PTT	Produto Técnico-Tecnológico
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e esclarecido
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIPAR	Universidade Paranaense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 HISTÓRICO DO MESTRADO NO BRASIL	17
1.2 MESTRADO PROFISSIONAL NO BRASIL	18
1.3 ASPECTOS LEGAIS	20
1.4 MESTRADO PROFISSIONAL EM FARMACOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	21
1.5 PRODUTOS DO MESTRADO PROFISSIONAL	24
1.6 AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS	28
1.6.1 Autoavaliação	30
1.7 OBJETIVOS	32
1.7.1 Objetivo Geral	32
1.7.2 Objetivos Específicos	32
2 METODOLOGIA	33
2.1 TIPO DE ESTUDO	33
2.2 PÚBLICO ALVO	33
2.2.1 Critérios de Inclusão	33
2.2.2 Critérios de Exclusão	33
2.3 DELINEAMENTO DO ESTUDO	34
2.3.1 Questionário	35
2.4 ANÁLISES DE DADOS	37
2.5 ASPECTOS ÉTICOS	37
3 RESULTADOS	38
3.1 IDENTIFICAÇÃO	38
3.2 IMPACTOS PROFISSIONAIS	40
3.3 IMPACTOS ACADÊMICOS	41
3.4 IMPACTOS SOCIAIS	45
3.5 IMPACTOS PESSOAIS	46
3.6 EM RELAÇÃO A PROPOSTA DO MPF DA UFSC	48
4 DISCUSSÃO	54
4.1 IDENTIFICAÇÃO	56
4.2 IMPACTOS PROFISSIONAIS	57

4.3 IMPACTOS ACADÊMICOS	57
4.4 IMPACTOS SOCIAIS	59
4.5 IMPACTOS PESSOAIS	60
4.6 EM RELAÇÃO A PROPOSTA DO MPF DA UFSC	62
5 CONCLUSÃO.....	64
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICE A - Questionário para avaliação dos egressos.	71
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	89
APÊNDICE C – Questionário Reformulado.....	92
ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP.....	106

1 INTRODUÇÃO

A formação de profissionais pelos cursos de pós-graduação *stricto sensu* contribui diretamente para o desenvolvimento do país. Esses profissionais, capacitados em diferentes áreas do conhecimento, são inseridos nos setores público e privado, no âmbito acadêmico e profissional. Nas últimas décadas começou-se a notar a necessidade de uma modalidade que atendesse a formação de profissionais além do mestrado acadêmico (MA). Com a evolução e avanços da ciência e tecnologia e a fim de ultrapassar as fronteiras acadêmicas tradicionais surgiu a proposta do mestrado profissional (MP). O MP representa a modalidade de pós-graduação *stricto sensu* mais recente no Brasil e traz para a pós-graduação desafios relativos à natureza e objetivos da pesquisa e também ao que se entende como profissionalização (NEPOMUCENO, 2010).

Por definição, o MP apresenta algumas diferenças marcantes em relação ao perfil do egresso, pois propõe a formação de mestres com foco no exercício profissional, voltados ao mercado de trabalho, ao desenvolvimento de processos e produtos vinculados aos serviços, visando atender às demandas sociais, econômicas e organizacionais (BRASIL, 2019). Além disso, segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o MP é um título que se distingue do MA, uma vez que este último prepara um pesquisador, que poderá continuar sua carreira com o doutorado, pós-doutorado, muitas vezes visando à entrada na Academia como professor-pesquisador. Enquanto no MP o que se pretende é imergir um pós-graduando na pesquisa, fazer que ele a conheça bem, mas não necessariamente que ele depois continue a desenvolver atividades dentro da academia (BRASIL, 2019; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

O principal objetivo do MP é contribuir com o setor produtivo nacional no sentido de agregar um nível maior de competitividade e produtividade a empresas e organizações. Conseqüentemente, os cursos devem apresentar uma estrutura curricular que enfatize a articulação entre conhecimento atualizado, domínio da metodologia apropriada e aplicação orientada para o campo de atuação em que o profissional está inserido (BRASIL, 2017).

Segundo Batista, Azevedo e Freire (2021) essa categoria de mestrado é conflitante visto que confronta as convicções dos pesquisadores, dos programas de pós-graduação, a teoria, a prática, a pesquisa e a prática docente. Nesse sentido, o embate para definir, implementar e consolidar os MPs também diz respeito à maneira como a pós-graduação em geral tem sido pensada, colocando, muitas vezes, a dimensão acadêmica como distante do mundo do trabalho, das práticas profissionais e da produção técnica.

1.1 HISTÓRICO DO MESTRADO NO BRASIL

Os primeiros registros da pós-graduação brasileira são da década de 1930, mas o grande impulso para o seu desenvolvimento se deu na década de 1960, a partir do incentivo do Governo Federal, ao formalizar a pós-graduação, reconhecendo esta como um novo nível de educação, baseada nos modelos norte-americanos já consolidados (BALBACHEVSKI, 2005).

Como marco histórico da época, em 1965, Newton Sucupira estabeleceu a linha de desenvolvimento da pós-graduação brasileira. Com o Parecer nº 977/1965, conhecido como Parecer Sucupira, ocorreu a implantação formal dos cursos de pós-graduação no Brasil. Segundo o Prof. Newton Sucupira o modelo de pós-graduação guiava-se pelos modelos dos países desenvolvidos, e tinha o objetivo de formar professores competentes, preparar pesquisadores e treinar técnicos e trabalhadores intelectuais. A qualificação profissional, segundo o parecer, deveria se apoiar nos seguintes pilares: atender a expansão do ensino superior e elevar seu nível de qualidade; desenvolver a pesquisa científica e atender ao desenvolvimento nacional em todos os setores da economia e da sociedade (ALMEIDA JÚNIOR et al., 2005).

Nos anos seguintes intensificaram-se as discussões nos meios políticos e acadêmicos, acerca da necessidade de investimentos em pesquisa e ciência, para o desenvolvimento do país, o que levou ao surgimento da CAPES como a principal avaliadora e financiadora da pós-graduação em geral. Esse órgão do Ministério da Educação (MEC) passou a desenvolver um sistema de avaliação e qualificação dos cursos com a colaboração e participação da comunidade científica. Nesse cenário de incentivo à pesquisa ocorreu um aumento acelerado nos programas de pós-graduação nas universidades brasileiras (VERHINE, 2008).

O MP, embora previsto no Parecer nº 977/65, de Newton Sucupira, onde já propunha a criação de cursos de pós-graduação orientados à formação de profissionais, é uma das modalidades de pós-graduação mais recentes. O MP foi proposto pela CAPES, em 1994, a fim de incentivar o surgimento de formas de ensino voltadas prioritariamente a profissionais de empresas. Contudo, somente em 1999 foi implementado, devido à resistência das universidades e a dificuldade de apoio dos docentes, uma vez que, estes acreditavam que se tratava de um curso superficial que levaria a um caminho mais fácil a obtenção do título de mestre, recebendo muitas críticas. Em contrapartida, formou-se um grupo focado nas vantagens do MP, e que considerou a iniciativa como uma oportunidade de captar recursos que pudessem amparar as atividades de pesquisa e formação de profissionais, oferecendo assim, apoio e incentivo ao desenvolvimento do MP (PASSOS; GERGES; NETO, 2006).

Segundo Timoteo (2011) houve uma série de mudanças no cenário nacional que justificou a criação do MP. Entre elas as principais foram o crescimento socioeconômico do Brasil exigindo aperfeiçoamento da qualidade produtiva e dos serviços; a busca por profissionais com conhecimento diferenciado para a aplicação nas práticas de trabalho; e o crescimento acelerado da globalização que determinou a manutenção de um vínculo entre a universidade e o mercado de trabalho na busca por ciência e tecnologia de ponta.

Diante destas mudanças e do desenvolvimento dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG), objeto de planejamento estatal e de desenvolvimento da pós-graduação, o MP foi ganhando incentivo e reconhecimento. O PNPG 2011-2020 propôs a valorização da educação profissional em razão da necessidade de apoiar a qualificação de profissionais do setor produtivo. Assim, a formação profissional passou a ser articuladora entre o mercado de trabalho e a Academia, buscando espaço para a inovação, e a criação de novos cursos. A partir dessas diretrizes, a CAPES passou a adotar políticas e estratégias para introduzir cursos de MP nas diversas áreas do conhecimento (SANTOS JUNIOR 2019).

1.2 MESTRADO PROFISSIONAL NO BRASIL

Segundo a CAPES (2019b) o MP é uma modalidade de pós-graduação *stricto sensu* voltada para a capacitação de profissionais, nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas, processos, ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho. Dessa forma, a pós-graduação visa ajudar no desenvolvimento econômico e social do país, a partir da formação de um público cientificamente qualificado, fora da Academia, visto que há necessidade do conhecimento se disseminar além do mundo universitário, para alcançar aqueles que atuam na prática. Assim, os MPs podem ser uma via para a transferência de conhecimento científico para o mercado de trabalho, para o setor público e privado e até mesmo para os movimentos sociais (SANTOS JUNIOR, 2019).

Por se tratar de um título que agrega muito valor ao indivíduo que o obtém, bem como à instituição ou empresa que o emprega, foi proposto que os cofres das universidades públicas não financiassem os cursos sozinhos. Sendo assim, desde a sua primeira regulamentação (Portarias CAPES n. 47/95 e 80/98) ficou definido que o MP poderia ser autofinanciado. Portanto, os recursos para o MP podem vir também de fontes externas às Instituições de Ensino Superior (IES), possibilitando ser financiado por uma instituição, empresa ou um organismo (BRASIL, 1995; BRASIL, 1998).

O MEC, entendendo o papel estratégico dos MPs para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do país, editou a Portaria que delegou à CAPES a competência de ser a indutora e reguladora desses cursos. Para o MEC, os MPs são relevantes para a capacitação e o treinamento de pesquisadores e profissionais destinados a aumentar o potencial interno de geração, difusão e utilização de conhecimentos no processo produtivo de bens e serviços em consonância com a política industrial brasileira (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

A trajetória conturbada que o MP teve dificultou seu reconhecimento e valorização em diversas áreas. No contexto de lutas, contradições e conflitos sua inserção gerou muita tensão entre os mestrados profissional e acadêmico (SANTOS JUNIOR, 2019). Segundo exposto por Mamede (2016), ambos os tipos de curso devem ter qualidade equivalente, tanto em termos científicos, quanto pedagógicos, diferenciando-se apenas pela estratégia pela qual se dá essa formação e a produção do conhecimento.

Com o passar do tempo as características específicas do MP foram se estruturando e se estabelecendo as principais diferenças com relação ao MA, uma vez que contemplam caminhos com propostas distintas, mas que complementam as necessidades econômicas, sociais, da área da saúde, educação e tecnologia do país. Com isso a principal diferença entre os mestrados é o produto final. No MA, pretende-se pela imersão na pesquisa formar, a longo prazo, um pesquisador, sem a obrigatoriedade de desenvolvimento de produtos técnicos-tecnológicos (PTTs). No MP, também há inserção na pesquisa científica, para que o futuro mestre possa reavaliar seus processos de trabalho e ampliar seu campo de visão, a fim de que tenha condições de desenvolver ou aperfeiçoar produtos e processos inovadores, com o objetivo de prover o mestrando de ferramentas que contribuam nas suas práticas profissionais, através da produção técnica, obrigatoriedade para essa categoria (ARAÚJO-JORGE; BORBA; SOVIERZOSKI, 2016; SANTOS *et al.*, 2019).

A produção intelectual é igualmente valorizada no MA e no MP, o que difere é o produto final a ser desenvolvido como pré-requisito de conclusão de curso do MP. De acordo com Moreira e Nardi (2009), a dissertação é o relato de experiência da implementação de estratégias ou produtos de natureza educacional, que objetivam a melhoria de uma área específica, podendo o produto desenvolvido englobar uma nova estratégia de ensino, uma nova metodologia, um aplicativo, um ambiente virtual, um texto, ou seja, algum material que resulte em um processo ou produto de natureza educacional que possa ser ministrado em espaços formais ou informais de ensino. Sendo assim, esses produtos finais trazem em sua essência caráter autônomo a partir da visão da realidade em que o mestrando está imerso. Esse material pode se configurar em forma de patentes, registros de propriedade intelectual, protótipos, estudos de casos, relatórios

de estágios em empresas, consultorias, projetos técnicos, publicações tecnológicas, produção de programas de mídia, editoria, composições, concertos, relatórios finais de pesquisa ou qualquer outro produto que possa ser disseminado, analisado e utilizado por outros profissionais. Essa produção é pertinente à área e cada programa terá um direcionamento diferente, de acordo com sua proposta (MOREIRA, NARDI, 2009; OLLER *et al.*, 2005).

1.3 ASPECTOS LEGAIS

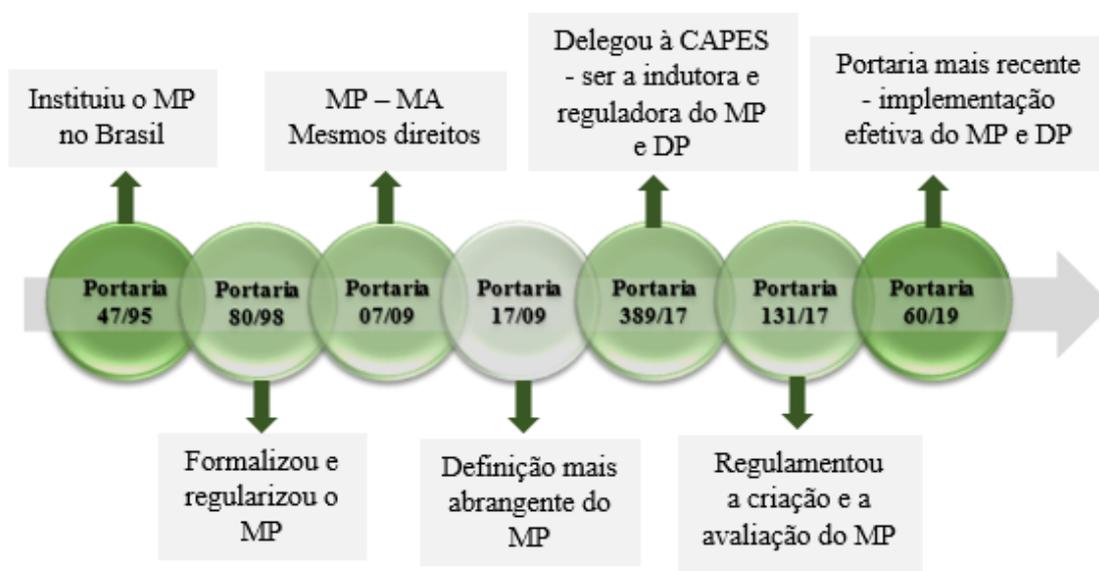
O MP foi instituído no Brasil pela Portaria nº 47 de 17 de outubro de 1995, na qual a CAPES definiu os primeiros registros legais da implementação do MP. Porém a formalização e a regulamentação se deram somente através da Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998 que descreveu os requisitos necessários para o enquadramento dos cursos de MP, o perfil das instituições qualificadas para oferecer o curso, e as regras sobre avaliação e financiamento (BRASIL, 1998; BRASIL, 1995).

Posteriormente, a Portaria Normativa nº 07, de 22 de junho 2009, atribuiu ao detentor do título de MP os mesmos direitos dos portadores da titulação nos cursos do MA, por conseguinte, a Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009, que a substituiu, foi mais abrangente na definição da natureza específica da formação em nível de MP. Segundo a Portaria nº 17/09, o curso visa a “formação de mestres profissionais habilitados para atividades técnico-científicas” e a “capacitação e treinamento de pesquisadores e profissionais”, voltados ao “processo produtivo de bens e serviços” com vistas a “atender áreas mais diretamente vinculadas ao mundo do trabalho e ao sistema produtivo” (BRASIL, 2009a; BRASIL, 2009b).

Anos depois, em 2017, o MEC lançou a Portaria Normativa nº 389, que revogou a Portaria nº 17/09, delegando à CAPES a competência de ser a indutora e reguladora dos cursos de mestrado e doutorado profissionais. No mesmo ano, a Portaria CAPES nº 131, revogou a Portaria nº 80/98 e regulamentou a criação e a avaliação dos MPs e estabeleceu orientações específicas para a submissão de propostas de cursos novos, bem como para o acompanhamento e a avaliação de cursos regulares (BRASIL,2017a; BRASIL 2017b).

Atualmente a portaria mais recente que regula estes cursos é a Portaria CAPES nº 60, de 20 de março de 2019, a qual revoga a Portaria nº 131/17. A portaria representa a implementação efetiva dos mestrados e doutorados profissionais no Brasil. A Figura 1 mostra graficamente a trajetória cronológica da evolução normativa do MP no Brasil, desde a Portaria 47/95 até a instituição dos cursos de mestrado e doutorado profissionais no Brasil (BRASIL,2019).

Figura 1- Trajetória cronológica da evolução normativa dos cursos profissionais no Brasil



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Legenda: DP: Doutorado Profissional; MP: Mestrado Profissional; CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Decorrente dessas regulamentações, da mesma forma que os demais programas de pós-graduação *stricto sensu*, os MPs passaram a ter a validade nacional do diploma, condicionada à avaliação da CAPES, ao reconhecimento pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e à homologação pelo MEC. Ao diplomado pelo MP, ainda, são conferidos prerrogativas e grau idênticos aos dos que concluem o MA, inclusive no que se refere ao exercício da docência (SANTOS; MELO, 2019).

1.4 MESTRADO PROFISSIONAL EM FARMACOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

O Mestrado Profissional em Farmacologia (MPF) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi criado em 2009 (<https://mpfmc.paginas.ufsc.br/historico/>), proposto em conjunto com a Universidade Paranaense (UNIPAR) e a indústria farmacêutica Prati-Donaduzzi ambas sediadas em Toledo, Paraná. O projeto surgiu a partir do posicionamento favorável do Programa de Pós-Graduação em Farmacologia (PPGFMC) da UFSC, na modalidade acadêmica, que detinha conceito 7 na CAPES. Inicialmente o curso se desenvolveu na cidade de Toledo, onde as atividades eram ministradas pelos professores da UFSC em parceria com a UNIPAR e a Prati-Donaduzzi (COORDENAÇÃO MPF, 2022).

A proposta do MPF surgiu com o objetivo de suprir a necessidade de conciliar a formação em pesquisa biomédica investigativa com as atividades já em desenvolvimento dentro do ambiente industrial na área de fármacos e medicamentos. O início efetivo das atividades do MPF ocorreu no ano 2010 com a formação de uma turma composta por 20 discentes, sendo 8 da empresa Prati-Donaduzzi, 3 da empresa Biocinese (que realiza estudos com biofármacos), e 9 profissionais da área da saúde que atuavam como médicos, farmacêuticos e/ou docentes de IES privadas. Todos os alunos que fizeram parte da primeira turma concluíram as disciplinas e defenderam as respectivas dissertações (COORDENAÇÃO MPF, 2022).

Em um primeiro momento o Colegiado do MPF optou pela publicação de um edital de seleção para novos ingressos somente em 2012, após a conclusão de todos os alunos da turma inicial. Além disso, outro fato determinante para essa decisão, foi a necessidade de deslocamento dos docentes, da UFSC (Florianópolis, SC) para a UNIPAR (Toledo, PR), local onde as aulas e demais atividades eram realizadas. Porém, esse edital foi cancelado e a abertura de uma nova turma aconteceu somente no ano de 2014, após a dissolução da parceria entre as instituições envolvidas (COORDENAÇÃO MPF, 2022).

A segunda turma do MPF, se consolidou em 2014 e contemplou a primeira turma sediada no município de Florianópolis. Esse foi o primeiro ano após a decisão do Colegiado de cancelar a abertura de uma nova turma na cidade de Toledo, e optar por uma turma no município de Florianópolis. Essa decisão se deu principalmente devido a necessidade de deslocamento dos docentes e mudanças na legislação vigente na época que vetou o ressarcimento dos custos relativos à interação e deslocamento entre as duas instituições supracitadas, ocorrendo nesse momento a dissolução da parceria (COORDENAÇÃO MPF, 2022).

A decisão de manter o curso, porém na cidade de Florianópolis, implicou em ajustes na proposta inicial a fim de suprir às demandas dos profissionais da área biomédica residentes em Santa Catarina. Estes profissionais buscam na UFSC a oportunidade de desenvolver habilidades científicas e de liderança para abordar apropriadamente questões de relevância profissional em seus respectivos locais de trabalho que envolvam a Farmacologia e áreas afins, cuja resolução busca impacto socioeconômico positivo (COORDENAÇÃO MPF, 2022).

Diante desse público-alvo mais heterogêneo, fez-se necessário atualizar o quadro de orientadores para incluir docentes com experiência no exterior e/ou com bolsa de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Passaram então, a fazer parte do grupo, professores de outras áreas, como Ciências Farmacêuticas, Fisiologia e Toxicologia, onde o estudo e o desenvolvimento de fármacos também são temas de interesse (COORDENAÇÃO MPF, 2022).

Nos anos seguintes, a realização de edital de seleção para ingressos foi anual, entre os anos de 2010 e 2021, 86% dos discentes concluíram o MPF com a defesa da respectiva dissertação, 8% desistiram por motivos pessoais, e os restantes, 6%, foram desligados. Até o final do primeiro semestre de 2022, o MPF mantinha em seu quadro 32 mestrandos regularmente matriculados, dos quais 13 fazem parte da décima turma do MPF, iniciada em 2022 (COORDENAÇÃO MPF, 2022).

Atualmente o curso contempla 6 áreas de concentração, 9 linhas de pesquisa e 16 docentes orientadores, sendo 12 (75%) permanentes e 8 (50%) bolsistas de produtividade do CNPq (COORDENAÇÃO MPF, 2022).

O objetivo do MPF é desenvolver o senso ético, científico e crítico de profissionais da área biomédica sobre aspectos farmacológicos inerentes ao desenvolvimento de fármacos e sua interação com o organismo. A partir disso, os mestrandos poderão aplicar tais habilidades na resolução de questões relevantes em sua prática profissional em hospitais, farmácias privadas, hospitalares e de centros de saúde, indústrias farmacêuticas, laboratórios de análises bioquímico-toxicológicas, instituições de ensino superior, bem como em órgãos governamentais envolvidos na regulação ou controle do uso de fármacos e medicamentos, dentre outros (COORDENAÇÃO MPF, 2022).

De acordo com a CAPES, a pós-graduação é subdividida em dois níveis: Colégios e Grandes Áreas. Essa divisão tem a finalidade de facilitar o desenvolvimento das atividades de avaliação. Diante dessa organização, o MPF está inserido no Colégio Ciências da Vida, na Grande Área de Ciências Biológicas, Área de Ciências Biológicas II (CBII) (CAPES, 2019c). A área CBII conta atualmente com 79 Cursos/Programas avaliados e reconhecidos pela CAPES, sendo 59 Programas Acadêmicos (Mestrado e Doutorado), 10 Cursos de Mestrado, 2 Doutorados e 8 Cursos de MP. Destes 8 cursos de MP, 2 são em Farmacologia e o restante está distribuído nas outras áreas científicas integrantes da área CBII: Biofísica, Bioquímica, Fisiologia e Morfologia (Tabela 1) (CAPES, 2019c).

Tabela 1- Cursos avaliados e reconhecidos pela CAPES na área CBII

TOTAL DE CURSOS/ PROGRAMAS ÁREA CBII							
Nome	Total	MA	DO	MP	DP	MA/DO	MP/DP
BIOFÍSICA	3	0	0	2	0	1	0
BIOQUÍMICA	21	0	0	2	0	19	0
FARMACOLOGIA	17	2	1	2	0	12	0
FISIOLOGIA	30	5	0	1	0	24	0
MORFOLOGIA	8	3	1	1	0	3	0
Total	79	10	2	8	0	59	0

Fonte: Adaptado de CAPES (2019c).

Legenda: DO: Doutorado Acadêmico; DP: Doutorado Profissional; MA: Mestrado Acadêmico; MP: Mestrado Profissional.

1.5 PRODUTOS DO MESTRADO PROFISSIONAL

Com o objetivo de aprimorar o sistema de avaliação da pós-graduação brasileira, a Diretoria de Avaliação da CAPES publicou em 02 de agosto de 2018 a Portaria CAPES nº 171, na qual instituiu o Grupo de Trabalho com o objetivo de desenvolver uma metodologia de avaliação da produção técnica e tecnológica, aplicável a todas as áreas de avaliação. As atividades realizadas buscaram identificar todos os produtos importantes das 49 áreas de avaliação, bem como identificar as particularidades de cada área. O resultado obtido foi uma lista com 21 tipos de produtos (CAPES 2019d).

A produção técnico-tecnológica é uma obrigatoriedade como parte do produto final nos cursos de MP, pois compreende uma das principais ferramentas de avaliação do curso pela CAPES. Com base na última atualização feita pelo Grupo de Trabalho, cada área de avaliação pode definir quais PTTs estão mais de acordo com a proposta de cada curso, e escolher pelo menos 10 produtos como os principais a serem avaliados (CAPES, 2019d).

Essa listagem permitiu maior compreensão sobre o que são esses produtos, quais as suas principais características, sua importância para cada curso e até mesmo para o entendimento dos discentes, que muitas vezes desconheciam os produtos, seus objetivos e funções uma vez que não tinha nenhuma regulamentação que definia as propriedades de cada produto. O desenvolvimento dos produtos nos cursos profissionais deve ter bases científicas sólidas e originalidade, de forma a resultar em processos de inovação impactantes e reconhecidos pela

sociedade (CAPES 2019c). Diante disso, a Área CBII definiu, em 2019, seus principais PTTs conforme Quadro 1.

Quadro 1- Produtos Técnicos-Tecnológicos (PTTs) da Área CBII

Produto	Subtipo
1. Ativos de propriedade intelectual	Depósito de patente internacional de produto ou processo
	Depósito de patente nacional de produto ou processo
	Patente de produto ou processo, concedida
	<i>Know-how</i> depositado
	Patente com produto ou processo comercializado
	Patente de produto ou processo, licenciada ou transferida
	<i>Know-how</i> com produto ou processo comercializado
2. Empresa de base tecnológica ou organização social inovadora	<i>Know-how</i> licenciado ou transferido
	Empresa de base tecnológica ou organização social inovadora criada
3. <i>Software</i> (Programa de computador e <i>Apps</i>)	Empresa de base tecnológica ou organização social inovadora, em funcionamento (com faturamento)
	<i>Software</i> criado
4. Cultivar	<i>Software</i> em uso
	Cultivar criado
5. Tecnologia Social	Cultivar em uso
	Tecnologia Social criada (registrada como atividade de extensão)
6. Norma ou marco regulatório	Tecnologia Social em uso
	Elaboração de anteprojeto de norma ou marco regulatório
7. Produto/processo não patenteável	Norma ou marco regulatório em uso
	Produto/processo não patenteável, elaborado e destinado aos cuidados e à promoção da saúde, com validação da instituição
8. Produto bibliográfico técnico – tecnológico	Produto/processo não patenteável, em uso, para os cuidados e a promoção da saúde
	Artigo publicado em periódico técnico indexado
	Artigo em jornal ou revista de divulgação

9. Curso/Programa de formação profissional ou educacional (envolvendo comunidade externa à academia)	Criação de atividade de capacitação em diferentes níveis
	Criação de Curso/Programa de educação continuada
	Atividade de capacitação, efetivamente ofertada
	Curso/Programa de educação continuada, efetivamente ofertado
10. Relatório técnico conclusivo	Valoração de tecnologia; modelo de negócio inovador; ferramenta ou processo gerencial inovador - disponível em repositório
	Instrumento de transferência de tecnologia (contrato) - disponível em repositório
	Assessoria e consultoria (empresas públicas, privadas, governo e entidade da sociedade civil), registrada como atividade de extensão
	Certificação/Acreditação de produção técnica ou tecnológica
	<i>Dossier</i> ou relatório de pesquisa, disponível em repositório
	Parecer técnico conclusivo, disponível em repositório
	Valoração de tecnologia; modelo de negócio inovador; ferramenta ou processo gerencial inovador, efetivamente usado pelo mercado/governo/Organizações não governamentais (ONGs)
	Instrumento de transferência de tecnologia (contrato), efetivamente usado pelo mercado/governo/ONGs
	Assessoria e consultoria (empresas públicas, privadas, governo e entidade da sociedade civil), registrada como atividade de extensão e efetivamente usada pelo mercado/governo/ONGs
	Certificação/Acreditação de produção técnica ou tecnológica, efetivamente usados pelo mercado/governo/ONGs
11. Material didático e/ou instrucional e/ou	Material didático ou instrucional
	Cartilha

para popularização da ciência	Programa de mídia, vídeo exposição fotográfica e artística, registrado como atividade de extensão
	Material didático ou instrucional, com comprovação de uso/impacto
	Cartilha, com comprovação de uso/impacto
	Programa de mídia, vídeo exposição fotográfica e artística, registrado como atividade de extensão, com comprovação de visualização
12. Manual/Protocolo	Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica (ex: Procedimento operacional padrão- <i>POP</i>)
	Publicação técnica para organismo internacional, nacional, estadual, municipal ou entidade da sociedade civil (livro ou manual)
	Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica (ex. <i>POP</i>), usado pelo mercado/governo/ONGs, com comprovação de uso.
13. Evento organizado (envolvendo comunidade externa à academia)	Organização de evento internacional na área do Curso, registrada como atividade de extensão
	Organização de evento nacional na área do Curso, registrada como atividade de extensão
	Organização e realização de outra ação de extensão na área do Curso, com registro
14. Produto de editoração	Organização de livro, catálogo, coletânea ou enciclopédia; editoria de periódico técnico (editor científico ou associado)
15. Acervo	Acervo criado
	Acervo em uso, com comprovação de uso
16. Base de dados técnico-científica	Base de dados técnico-científica de acesso aberto, elaborada
	Base de dados técnico-científica de acesso aberto, em uso

Fonte: Adaptado de CAPES (2021b).

Essa lista é disponibilizada pela CAPES, está presente na ficha de avaliação dos cursos da pós-graduação, e serve como guia tanto para os avaliadores quanto para os docentes e discentes (CAPES, 2019c).

1.6 AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS

As IES estão constantemente na busca de aprimoramento de seus serviços para a qualificação de seus produtos e atendimento de seus objetivos e para isso há a necessidade de um criterioso processo de avaliação. A qualificação de serviços e produtos de uma instituição, independentemente de sua natureza, passa pela necessária qualificação de seus trabalhadores e espaços, com a implantação de intervenções como políticas, programas, planos, projetos, cursos, atividades ou quaisquer estratégias com um fim específico voltado a melhoria do seu produto final (MAMEDE, 2016).

No cenário do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), a CAPES possui papel estratégico, uma vez que os programas, necessariamente, devem se submeter à sua aprovação para que sejam, oficialmente, reconhecidos. A Avaliação do SNPG, na forma como foi estabelecida a partir de 1998, é orientada pela Diretoria de Avaliação da CAPES e realizada com a participação da comunidade acadêmico-científica por meio de consultores. Esta avaliação quadrienal é atividade essencial para assegurar e manter a qualidade dos cursos de Mestrado e Doutorado, sendo o principal controle de qualidade da pós-graduação brasileira (CAPES, 2021a).

Os principais objetivos da avaliação quadrienal, segundo a Capes (2021), são a certificação da qualidade da pós-graduação Brasileira (referência para a distribuição de bolsas e recursos para o fomento à pesquisa) e a identificação de assimetrias regionais e de áreas estratégicas do conhecimento para orientar ações de indução na criação e expansão de programas de pós-graduação no território nacional. Já os objetivos do SNPG são a formação pós-graduada de docentes para todos os níveis de ensino, a formação de recursos humanos qualificados para o mercado e o fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação (CAPES, 2021a).

O sistema de avaliação, na maneira como está estruturado, pode ser dividido em dois processos distintos, a entrada e permanência dos cursos de mestrado e doutorado no SNPG. Os fundamentos que conduzem estes processos são os mesmos, e são eles o reconhecimento e confiabilidade fundados na qualidade assegurada pela análise dos pares, critérios debatidos e atualizados pela comunidade acadêmico-científica a cada período avaliativo e a transparência

das decisões, ações e resultados, tanto no site da CAPES quanto nas páginas das áreas de avaliação (CAPES, 2021a).

A avaliação é realizada em todas as áreas, 49 no total, e segue uma mesma sistemática e conjunto de quesitos básicos estabelecidos no Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CAPES, 2021a).

O processo de avaliação se sustenta nos documentos de área. Os documentos de área são referência para os processos avaliativos, tanto na elaboração e submissão de propostas de cursos novos quanto na avaliação quadrienal dos cursos em funcionamento. Neles estão descritos o estado atual, as características e as perspectivas, assim como os quesitos considerados prioritários na avaliação dos programas de pós-graduação pertencentes a cada uma das 49 áreas de avaliação. Em conjunto com as Fichas de Avaliação e os Relatórios de Avaliação, os Documentos de Área constituem o trinômio que expressa os processos e os resultados da Avaliação Quadrienal (CAPES, 2021a).

Desde a implantação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil ela avançou no seu crescimento numérico e no desenvolvimento de um sistema de avaliação que recebeu aprovação da comunidade acadêmica nacional e internacional. O processo de avaliação atingiu seus objetivos no que diz respeito à formação de pesquisadores e incremento da produção científica brasileira. Por outro lado, percebeu-se uma carência na formação de professores e na qualificação de técnicos e trabalhadores intelectuais (INEP, 2015).

A avaliação externa, método mais comum, vem sendo utilizada de forma bastante exitosa para fins de regulação e, por sua vez, assegura padrões básicos de qualidade. Todavia, a CAPES percebeu a necessidade de ampliar o foco e padronizar novos métodos avaliativos. Sendo assim, a CAPES reconheceu que a autoavaliação, uma proposta muito utilizada nas experiências internacionais, poderia trazer benefícios significativos para a pós-graduação (CAPES, 2019a). Segundo a CAPES (2019a) a autoavaliação favorece a construção da identidade, heterogeneidade e envolvimento dos programas avaliados. Logo, a autoavaliação, desenvolvida de forma sistemática e contínua, permite a proximidade entre avaliador e avaliado e possibilita o desenvolvimento de ações voltadas a melhoria dos próprios programas (CAPES, 2019a).

Alderman e Brown (2005) relataram algumas experiências internacionais onde a autoavaliação já faz parte do processo avaliativo como por exemplo na Holanda, onde não existe avaliação externa, somente a autoavaliação. A Finlândia, inspirada na Holanda, fundamenta a garantia da qualidade e a gestão de uma instituição, agência ou empresa nos resultados da autoavaliação. No Reino Unido, por sua vez, a avaliação externa da educação

superior, denominada Auditoria, é focada, quase exclusivamente, nas estruturas e mecanismos adotados pela instituição para assegurar sua qualidade. A lógica do sistema britânico se fundamenta na premissa de que uma instituição que assegura bem sua própria qualidade é uma instituição que merece ser bem avaliada (ALDERMAN; BROWN, 2005). Essas experiências internacionais convergem com a ideia de que a autoavaliação objetiva a melhoria dos próprios programas norteada pela filosofia educacional exposta na Missão de cada curso (LEHFELD *et al.*, 2010).

1.6.1 Autoavaliação

A autoavaliação é o processo de avaliar a si próprio, por vezes também chamada de avaliação interna ou avaliação institucional. Comumente, é planejada, conduzida, implementada e analisada pelos próprios formuladores e agentes das ações a serem avaliadas, ou seja, é um processo avaliativo conceituado e autogerido pela comunidade acadêmica. Seu objetivo principal é de aprendizagem e serve como ponto de partida para tomada de decisão (CAPES, 2019a). Sua organização envolve a participação de membros da academia ou externos a ela como, por exemplo, docentes, discentes, egressos e técnicos, nos diferentes níveis organizacionais, dos estratégicos aos operacionais. Quanto mais participativo for, melhores serão os resultados. O foco e os objetivos da autoavaliação são decididos pelos protagonistas e a reflexão sobre os resultados obtidos é central ao processo e leva em conta a correção de trajetórias e de futuros projetados (LEITE *et al.*, 2020).

A autoavaliação, como etapa do processo de avaliação dos PPGs, foi instituída pela CAPES em 2018, a partir do grupo de trabalho que teve a missão de implantar uma sistemática de autoavaliação. A proposta metodológica, sugerida no relatório, sintetizou e constituiu uma das formas de operacionalização tendo em vista o monitoramento da qualidade do programa, seu processo formativo, produção de conhecimento, atuação e impacto político, educacional, econômico e social. E também com foco na formação do discente tanto na perspectiva da inserção social quanto científica ou tecnológica ou profissional, presencial ou à distância do programa. Esse processo deverá repercutir em maior qualidade dos PPGs, possibilitando manter o foco na produção de conhecimento e, ao mesmo tempo, contribuir para uma melhor formação dos discentes. A avaliação externa e a autoavaliação devem ser consideradas como processos que se complementam, devendo ser articuladas, de forma que cada uma delas traga uma contribuição específica (CAPES, 2019c).

Além disso, autoavaliação pode ser compreendida, como um “organizador qualificado” que organiza e sistematiza os dados coletados sobre uma instituição, coloca-os em compartimentos pré-definidos, e se sustenta em princípios éticos. O processo de avaliação com informações organizadas favorece o entendimento de situações e relações, construção de sentidos e conhecimentos sobre sujeitos, estruturas e atividades que ocorrem em uma instituição educativa em um determinado contexto e tempo histórico (CAPES, 2019a). O ato de conhecer é, em si, uma responsabilidade social, profissional e pública de um programa ou instituição. A veracidade, a honestidade e a transparência fazem parte do rol de princípios éticos que permitirão dar relevo à autoavaliação (LEITE *et al.*, 2020).

Há uma dificuldade em desenvolver ferramentas de avaliação que consigam atender a todos cursos, nas diferentes áreas de conhecimento. Logo cada ferramenta é única e não deve seguir padrões rígidos, mas sim estar de acordo com a proposta e objetivo de cada curso, o perfil da comunidade científica que atende e os objetivos que deseja alcançar (CAPES,2019a).

Esse processo implica em colocar em ação a ferramenta que detecta os pontos fortes e potencialidades, assim como discrimina pontos fracos dos programas e prevê oportunidades e metas para o futuro. Trata-se de estabelecer estas metas com clareza e desenvolver ações, tanto para garantir seu avanço quanto para minimizar suas fraquezas. Dessa forma é importante que a maior parte da comunidade acadêmica se sinta representada. Na perspectiva de uma produção própria, espera-se que o processo seja cooperativo e colaborativo, mesmo que em pequenas proporções. O desenvolvimento de uma ferramenta de autoavaliação não é uma tarefa simples, e para que seja fiel ao seu propósito precisa ser constantemente revisada e discutida, para que sua aplicação não se torne mera formalidade (LEITE, 2006).

Além da autoavaliação, a elaboração dos PTTs, requisito obrigatório para o MP, tem papel complementar para a avaliação das IES, já que interliga as áreas de conhecimento e de atuação do aluno, a sociedade e a Universidade. Portanto, houve o interesse em iniciar um estudo que, direcionado ao acompanhamento de egressos e autoavaliação do curso de MPF, desenvolvesse um instrumento que fornecesse ao coordenador do referido curso informações necessárias para a gestão do mesmo, que pudesse ser replicada e fornecesse dados para ações futuras, na busca constante por melhorias, a fim de atender a IES, a comunidade acadêmica e a sociedade.

1.7 OBJETIVOS

1.7.1 Objetivo Geral

Propor um instrumento para acompanhamento de egressos e avaliação do curso de MPF da UFSC.

1.7.2 Objetivos Específicos

Refletir sobre as perspectivas dos egressos do MPF sobre os impactos do curso nas trajetórias profissional, acadêmica, pessoal e social;

Determinar quais são as percepções do impacto profissional e institucional do MPF do ponto de vista dos discentes;

Identificar junto aos egressos, a existência de deficiências ou carências ao longo do programa, a fim de propor melhorias;

Criar um instrumento para acompanhamento de egressos e avaliação do curso pelos discentes que sirva para monitorar a qualidade global do MPF.

2 METODOLOGIA

2.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um estudo exploratório, seccional e metodológico com levantamento de dados qualitativos acerca das relações entre a formação no MPF e as perspectivas dos egressos com relação ao curso.

Os estudos metodológicos tratam do desenvolvimento, da validação e da avaliação de ferramentas e métodos de pesquisa para a obtenção e organização de dados. Utiliza de maneira sistemática os conhecimentos existentes, com intuito de elaborar uma nova intervenção, um dispositivo, instrumento ou um método de medição (POLIT; BECK, 2011).

O estudo teve como base um questionário para estudo de egressos, o qual foi adaptado com base nas propostas de Timóteo (2011) e Carvalho e colaboradores (2019).

2.2 PÚBLICO ALVO

Este trabalho contou com a participação voluntária dos egressos do MPF da UFSC.

O envio do convite para participação no estudo foi feito pela coordenação do MPF que concentrava a listagem com o endereço eletrônico dos 81 egressos. A amostra foi composta por 24 egressos que responderam ao questionário.

2.2.1 Critérios de Inclusão

Todos os egressos do MPF da UFSC que aceitaram participar da pesquisa, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram incluídos no trabalho.

2.2.2 Critérios de Exclusão

Foram excluídos os egressos que por algum motivo tenham sido desligados ao longo do curso e os que não responderam ao questionário dentro do prazo estipulado. Embora o termo egresso possa ser utilizado para referir-se ao aluno formado ou abranger os alunos que saíram do curso por abandono, transferência ou jubramento, para a realização do presente estudo, foi

considerado como egresso apenas os alunos que estavam em dia com os requerimentos do curso, sem nenhuma irregularidade.

2.3 DELINEAMENTO DO ESTUDO

O universo do estudo foi composto pelos egressos que aceitaram participar da pesquisa, identificados por meio de uma listagem eletrônica fornecida pela coordenação do curso. Como instrumento de coleta de dados, elaborou-se um questionário eletrônico para preenchimento *on-line*. Utilizou-se o *Google Forms*, uma ferramenta do *Google Drive* para o levantamento de dados e opiniões. A ferramenta permite a criação de formulários e sua disponibilização através de um endereço eletrônico, *link* ou código QR. Os formulários criados ficam armazenados no servidor do *Google* e podem ser acessados de qualquer local e a qualquer horário. Uma das principais vantagens do aplicativo é a facilidade de acesso e a visualização dos dados coletados.

O questionário foi enviado por correio eletrônico, pelo coordenador do MPF, como estratégia para aumentar a visualização e interesse dos egressos. Foi enviado um convite breve com o objetivo principal do questionário “coletar informações para aprimorar o acompanhamento dos impactos do Mestrado Profissional em Farmacologia na trajetória profissional”. O *link* para acessar o questionário ficou disponível por 60 dias e no meio deste período foi enviado um *e-mail* para lembrar e reforçar a importância da participação dos egressos. Após esse prazo não foi mais possível acessar o formulário e enviar respostas.

Ao abrir o questionário, o respondente encontrou uma mensagem inicial, explicando a natureza do questionário, seus objetivos, os responsáveis pela pesquisa, e o tempo estimado para o preenchimento. Logo abaixo, o primeiro item a ser visualizado foi o TCLE, redigido conforme orientações do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da UFSC, onde as opções de resposta eram: concordo ou não concordo. Na sequência havia uma questão para dar ciência ao TCLE onde dizia “Eu, li o documento acima e obtive dos pesquisadores todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido e optar por livre e espontânea vontade participar da pesquisa”, seguido de um espaço para preenchimento do nome do respondente. Ambas as questões eram obrigatórias e não as responder impossibilitava o envio do formulário. Os respondentes não foram identificados, tendo sido mantidos no anonimato.

Optou-se por um questionário *on-line* por sua acessibilidade e otimização do tempo dos respondentes. Além disso, logo após o preenchimento, as respostas aparecem imediatamente na página do *Google Forms* o que possibilita agilidade na coleta de dados e na análise dos

resultados. As respostas aparecem organizadas em forma de tabelas, planilhas e gráficos, proporcionando um resultado quantitativo de forma mais prática e organizada, facilitando a análise dos dados à medida que os mesmos vão sendo gerados. Um contato de *e-mail* da pesquisadora foi disponibilizado aos respondentes para esclarecimento de eventuais dúvidas.

2.3.1 Questionário

Foi elaborado um questionário de autopreenchimento (Apêndice A), semiestruturado, com questões fechadas binárias, de múltipla escolha ou escalonadas e algumas questões com opção de resposta aberta. A redação procurou ser objetiva, simples, clara, sem ambiguidades e com frases condizentes com o atributo.

O procedimento de validação aparente e de conteúdo foi realizado pela coordenação do MPF, composta por 2 docentes das áreas de Farmacologia e Toxicologia, ambos com experiência pessoal e profissional no assunto investigado. Foi solicitado que opinassem sobre adequação semântica, facilidade de compreensão e vinculação dos itens propostos em relação às respectivas dimensões para validação interna de conteúdos e objetivos propostos.

Dessa avaliação foram reformuladas: 1 questão do bloco de impacto social; 2 questões do bloco de identificação; 3 questões dos impactos acadêmicos; excluídas perguntas com conteúdo repetitivos; e feita a adequação das opções de resposta da questão sobre PTTs, de acordo com os produtos determinado pela CAPES. Foram também incluídos dois tópicos para avaliação no bloco em relação a proposta do MPF da UFSC. O resultado foi um questionário composto por seis blocos distribuídos em: i) identificação; ii) impactos profissionais; iii) impactos acadêmicos; iv) impactos sociais; v) impactos pessoais e vi) em relação a proposta do MPF da UFSC.

O primeiro bloco é composto por questões de identificação, como sexo, curso de graduação, natureza da instituição em que se formou e as principais motivações para a escolha do curso. Os quatro blocos seguintes abordam questões referentes ao impacto do MP nas quatro principais esferas para avaliação do curso e de seus egressos, que são eles impactos profissionais, acadêmicos, sociais e pessoais. Esta parte do questionário é composta por 22 questões de múltipla escolha, algumas com campo para preenchimento aberto.

Posteriormente, o último bloco compreende uma sequência de perguntas, com respostas escalonadas, com a finalidade de avaliar de maneira objetiva vários aspectos importantes para análise da estrutura curricular do curso. Utilizou -se a escala *Likert*.

A escala *Likert*, nomeada em homenagem a Rensis Likert, é amplamente utilizada para medir atitudes, opiniões, percepções e comportamentos sobre um produto ou serviço. Ele criou as escalas em 1932, em seu artigo intitulado *The Technique for the Measurement of Attitudes* (LIKERT, 1932 Apud HAIR *et al.*, 2019).

A escala de *Likert*, conceitualmente combina a matemática aplicada (estatística) à psicologia, é também chamada de teoria psicométrica de medição de atitude. Uma abordagem que permite extrair percepções qualitativas de uma pergunta estruturada de forma quantitativa (HAIR *et al.*, 2019). Esse método permite descobrir graus de opinião e assim auxiliar na elaboração de estratégias para melhorar os pontos de maior reclamação, de acordo com a opinião do público alvo. Por esse motivo, essa escala foi escolhida para esse bloco, para medir a percepção dos egressos sobre diferentes pontos de forma sucinta, a fim de permitir uma análise rápida dos resultados obtidos.

Consiste em uma escala de valores, também chamada de escala de satisfação que varia de uma atitude extrema a outra e conta com uma opção neutra. As opções escolhidas vão de “muito ruim” (1), “ruim (2), “indiferente” (3), “bom” (4) a “muito bom” (5). Cada questão permitiu ao respondente expressar sua opinião frente a sua experiência no curso, analisando quesitos como: processo seletivo, conjunto de disciplinas ofertadas, ordem cronológica das disciplinas, conteúdos abordados, uso da ferramenta digital *Moodle*, uso de tecnologias para educação a distância, corpo docente, práticas pedagógicas adotadas, aprendizagem de trabalho em equipe, utilização de situações-problema e oportunidades de problematização, estratégias de avaliação de alunos, estratégias de avaliação de docentes e disciplinas pelos alunos, orientação da dissertação, relação da coordenação acadêmica com os alunos, instalações e serviços, infra estrutura para aulas, estímulo à busca ativa de dados em bases eletrônicas e desenvolvimento de habilidades de comunicação.

Por fim, a última questão era uma pergunta aberta, onde o entrevistado foi convidado a deixar seus comentários e sugestões acerca do MPF (pontos positivos e a melhorar), sem limites de caracteres.

Assim finalizou-se o questionário “Avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC” com um total de 54 questões alternadas, subdivididas em blocos conforme o Apêndice A.

2.4 ANÁLISES DE DADOS

Os dados coletados passaram pela etapa de análise, transcrição e tabulação. Na análise e transcrição, os dados coletados pelo aplicativo *Forms*, a partir das respostas dos questionários, foram transcritos para documentos do Microsoft Word® e Microsoft Excel®. Os dados foram subsequentemente tabulados no programa Excel para posterior análise e geração de gráficos. Os dados foram analisados utilizando valores numéricos e percentuais de cálculo.

A análise dos dados do último bloco “em relação a proposta do MPF da UFSC” foi feita pela frequência de ocorrência, moda (*mo*). A moda nos forneceu a frequência de respostas na escala de *Likert* para posterior análise descritiva dos dados.

2.5 ASPECTOS ÉTICOS

O projeto foi aprovado na Plataforma Brasil pelo CEPESH-UFSC através do Parecer Consubstanciado 4.313.306 (CAAE: 36476720.9.0000.0121) (ANEXO A). Somente após essa liberação iniciou-se a coleta de dados, conforme recomendação ética. Para a participação na pesquisa foi solicitada a concordância do egresso mediante assinatura do TCLE (APÊNDICE B), sendo garantido o anonimato, o sigilo das informações coletadas e assegurada a desistência em qualquer momento da pesquisa.

A consulta às fontes de dados deu-se mediante aprovação do CEPESH-UFSC e da autorização da coordenação do MPF.

3 RESULTADOS

O questionário foi enviado por correio eletrônico para 81 endereços de e-mail e após 60 dias obteve-se um total de 24 respostas, representando 30,0% dos egressos convidados a participar. Todos concordaram com o TCLE e preencheram os dados para dar ciência sobre o termo.

3.1 IDENTIFICAÇÃO

Dos 24 participantes que responderam ao questionário, conforme mostra a Tabela 2, 18 eram do sexo feminino (75,0%) e 6 do sexo masculino (25%). Com relação a natureza da IES em que se formou, 75,0% se formaram em uma IES pública. Quanto ao curso de graduação, 19 egressos cursaram Farmácia (79,2%), 3 Medicina (12,5 %) e 2 Enfermagem (8,3 %).

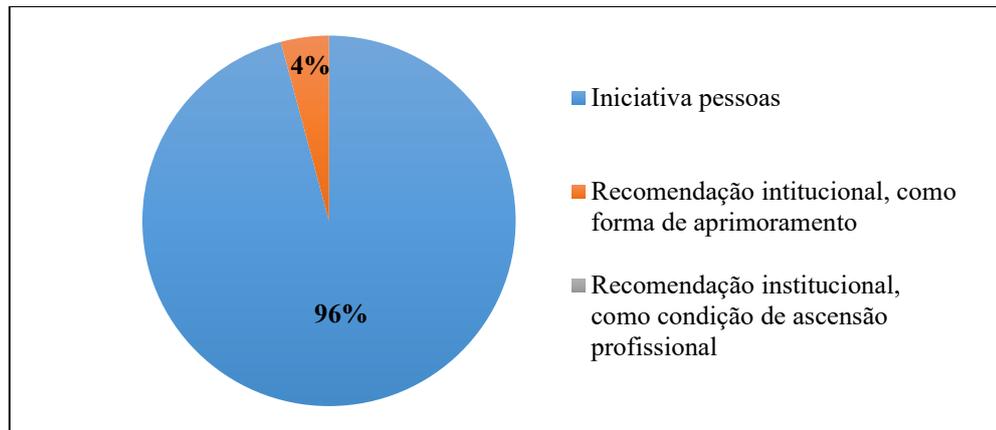
Tabela 2- Identificação dos egressos

Variáveis	% (n=24)
Sexo	
Feminino	75,0
Masculino	25,0
Natureza da IES que se formou	
Pública	75,0
Privada	25,0
Curso de Graduação	
Farmácia	79,2
Medicina	12,5
Enfermagem	8,3

Fonte: Elaborada pela autora (2022). IES: Instituição de Ensino Superior

A maioria dos egressos (96,0%), afirmou que o principal motivo que o levou a cursar o MPF foi uma iniciativa pessoal, como demonstra a Figura 2.

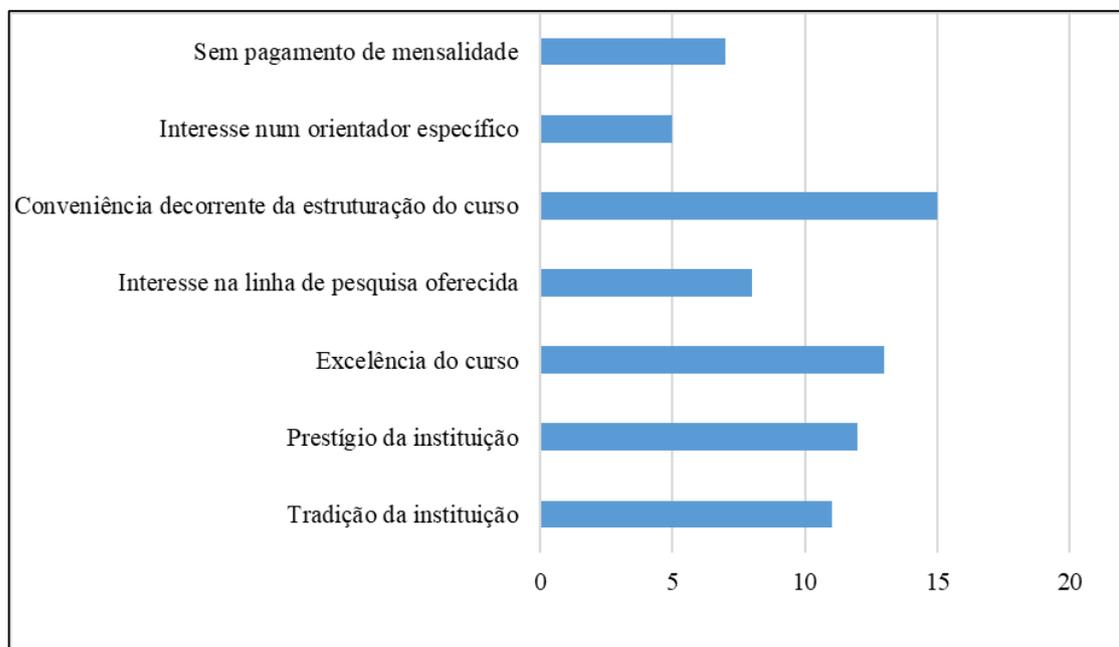
Figura 2- Principal motivo que levou a cursar o MPF



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Já com relação aos principais motivos que levaram a realização do MPF, visto que era possível selecionar mais de 1 opção, a resposta que apareceu mais vezes foi conveniência decorrente da estruturação do curso (15), seguida de excelência do curso (13) e prestígio da instituição (12) (Figura 3).

Figura 3- Principais motivos que levaram a realização do MPF

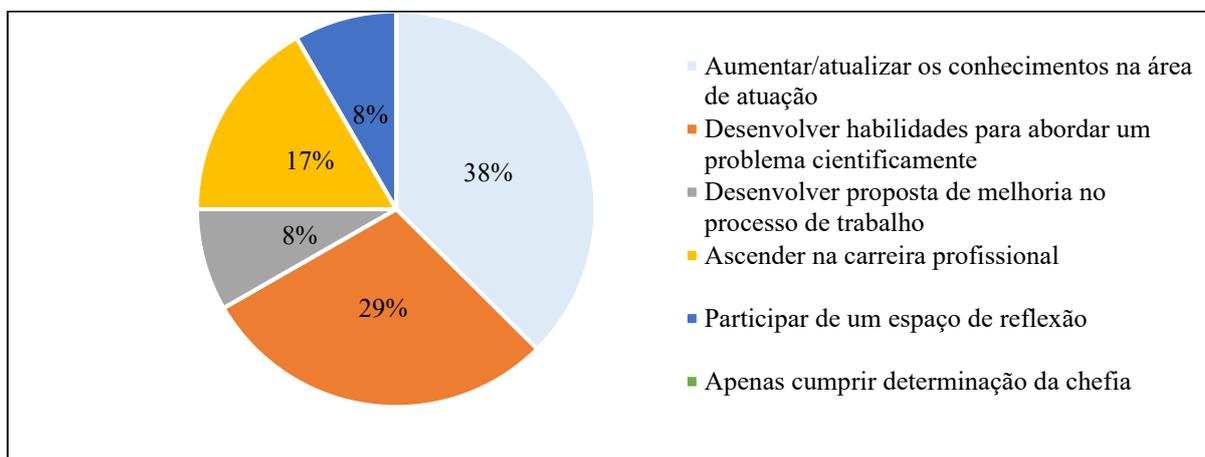


Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Sobre a alternativa que melhor expressava a expectativa de cada egresso em relação a participação no MPF, 38,0% dos respondentes afirmou que era para aumentar/atualizar os

conhecimentos na área de atuação, 29,0% desenvolver habilidades para abordar um problema cientificamente, 17% ascender na carreira profissional, 8,0% participar de um espaço de reflexão e 8,0% para desenvolver proposta de melhoria no processo de trabalho (Figura 4).

Figura 4- Expectativa em relação a participação no MPF



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

3.2 IMPACTOS PROFISSIONAIS

Composto por 3 perguntas, o bloco de impactos profissionais abordou a relação entre o MPF e as atividades profissionais dos respondentes (Tabela 3). A primeira questão abordava a percepção das atividades exercidas pelo egresso após o término do mestrado, sendo que 62,5% responderam que “continuou exercendo as mesmas atividades”, 25% que “obteve ascensão na carreira” e 12,5% que “passou a exercer outras atividades relacionadas com a formação no MPF”.

Na sequência, ao avaliar a relação entre o MPF e o processo de trabalho, a maioria, 58,0%, respondeu que o “MPF produziu modificações substanciais no seu processo de trabalho”, seguido por 38,0% que afirmou que o “MPF produziu poucas modificações no seu processo de trabalho”.

Sobre a principal mudança que o MPF proporcionou no processo de trabalho de cada egresso, 63,0% afirmaram que ampliou sua capacidade de elaborar soluções para os problemas de trabalho, 17,0% que aumentaram seus conhecimentos técnicos, mas pouco alterou sua capacidade de elaborar soluções para os problemas de trabalho, 8,0% responderam que não teve impacto no seu processo de trabalho ou serviu basicamente para a sua promoção.

Tabela 3- Impactos profissionais do MPF

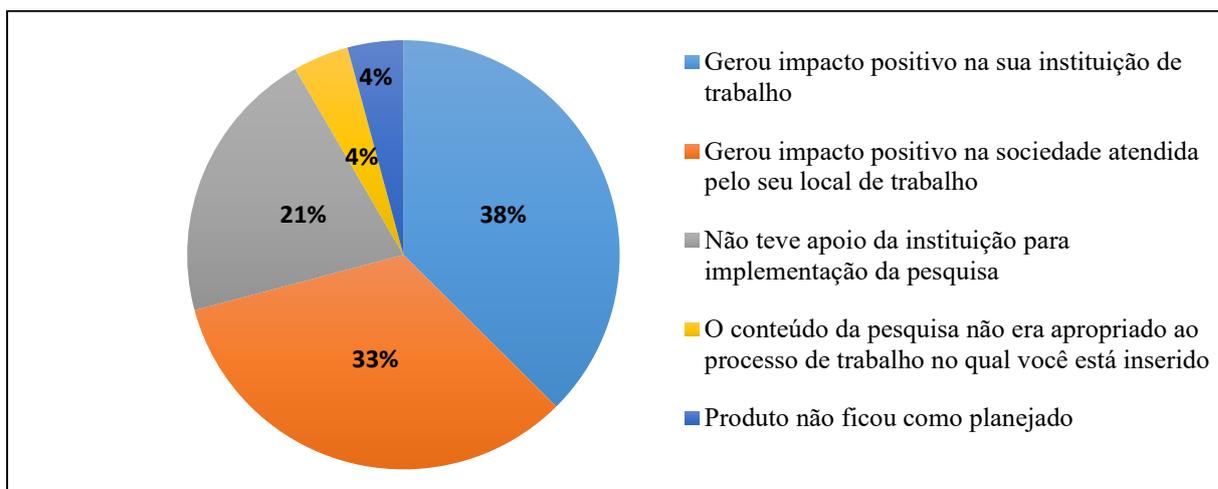
Perguntas	% (n=24)
Após o término do MPF	
Continuou exercendo as mesmas atividades	62,5
Obteve ascensão na carreira, como promoção ou nova função	25,0
Passou a exercer outra atividade relacionada com a formação no MPF	12,5
Passou a exercer outra atividade não relacionada com a formação no MPF	-
Relação entre o MPF e o trabalho	
O MPF produziu modificações substanciais no seu processo de trabalho	58,0
O MPF produziu poucas modificações no seu processo de trabalho	38,0
Não havia relações entre o MPF e as atividades que você desempenha	-
Deveria ter feito outro curso	4,0
A principal mudança que o MPF proporcionou no processo de trabalho	
Ampliou sua capacidade de elaborar soluções para os problemas de trabalho	63,0
Aumentou seus conhecimentos técnicos, mas pouco alterou sua capacidade de elaborar soluções para os problemas de trabalho	17,0
Não teve impacto no seu processo de trabalho	8,0
Serviu basicamente para a sua promoção	8,0
Outros	4,0

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

3.3 IMPACTOS ACADÊMICOS

O bloco de impactos acadêmicos inicia-se com a percepção do egresso com relação a pesquisa desenvolvida durante o MPF e, como mostra a Figura 5, a maioria considerou que sua pesquisa gerou impacto positivo na sua instituição de trabalho (38,0%) ou gerou impacto positivo na sociedade atendida pelo seu local de trabalho (33,0%).

Figura 5- A pesquisa desenvolvida durante o MPF



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Na sequência, os egressos opinaram sobre a sua atuação na academia após o MPF, sendo que 50,0% relataram que não atua na área acadêmica, mas gostariam, 21,0% exercem à docência, 4,0% atuam como examinador em banca de defesa e 25,0% não têm interesse na academia até o momento (Tabela 4).

A maioria dos entrevistados respondeu que continua atuando como pesquisador na área de alguma forma: 54,0% em aplicações no seu ambiente de trabalho, 12,0% em produção técnico-científica, 17,0% em participação em congressos sobre o tema e 17,0% relataram não ter mais interesse nesse segmento (Tabela 4).

Já quando questionado sobre dar continuidade nos estudos iniciados durante o MPF, 42,0% responderam que não deram continuidade, 33,0% participam ou participaram da elaboração de estudos, artigos e notas técnicas, 17,0% atuam ministrando aula em curso de graduação, realizando palestras, ministrando cursos e outras atividades e 8,0% estão se preparando ou cursando doutorado (Tabela 4).

Do total de entrevistados 79,0% afirmaram ter interesse em ser uma conexão entre o MPF e o seu local de atuação profissional para que ambos realizassem uma cooperação técnico-científica.

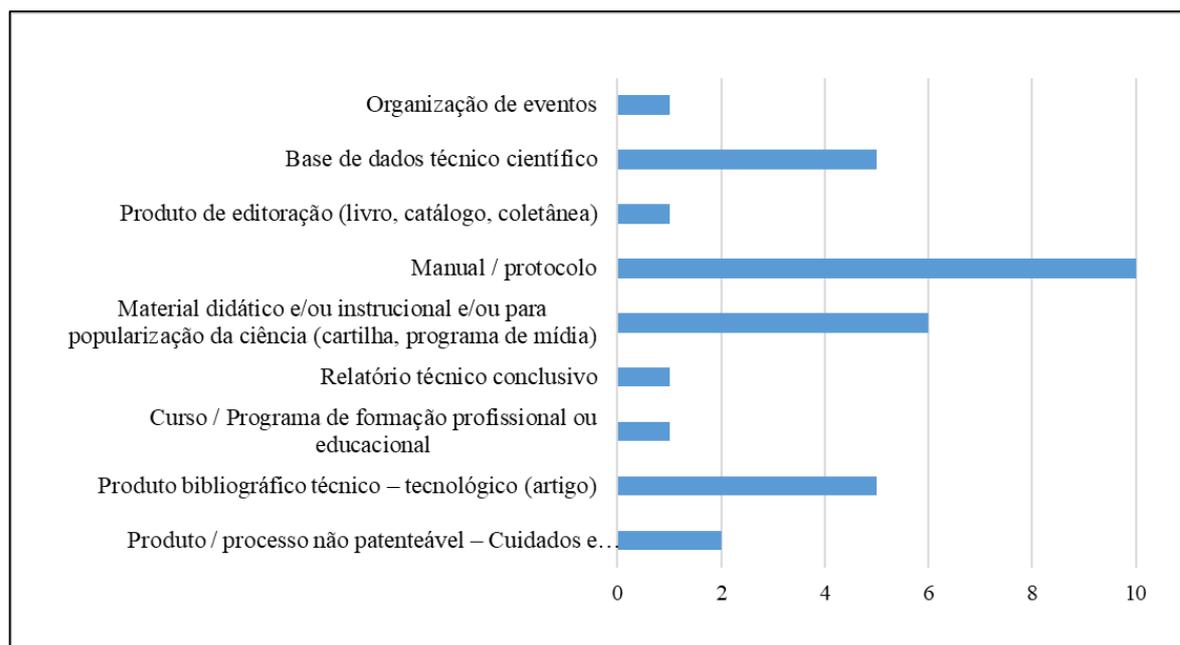
Tabela 4- Impactos acadêmicos após o MPF

Perguntas	%(n=24)
Em decorrência do MPF, você (também) passou a atuar como	
Não atua na área acadêmica, mas gostaria	50,0
Não tem interesse na academia até o momento	25,0
Docente	21,0
Examinador em banca de defesa	4,0
Você continua atuando como pesquisador na área de alguma forma	
Produção técnico-científica	12,0
Aplicação no seu ambiente de trabalho	54,0
Participação em congressos sobre o tema	17,0
Não tem mais interesse	17,0
Você deu continuidade aos estudos iniciados no MPF de alguma maneira	
Preparação para doutorado / cursando doutorado	8,0
Elaboração de estudos, artigos e notas técnicas	33,0
Ministrando aula em curso de graduação, realizando palestras, ministrando cursos e outras atividades	17,0
Não deu continuidade	42,0

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

De acordo com os egressos, as suas dissertações se transformaram nos seguintes PTTs: 45,0% em manual ou protocolo, 29,0% em material didático e/ou instrucional e/ou para popularização da ciência (cartilha, programa de mídia), 21,0% em produto bibliográfico técnico – tecnológico (artigo), 21,0% base de dados técnico-científicos 4,0% programa de formação profissional ou educacional, 4,0% relatório técnico conclusivo, 4,0% produto de editoração (livro, catálogo, coletânea) e 4,0% organização de eventos. Essa questão permitia ao respondente assinalar mais de 1 opção de resposta, logo observa-se um percentual total maior que 100% (Figura 6).

Figura 6- PTTs desenvolvidos pelos egressos



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Dos 24 entrevistados, 92,0% não tiveram sua dissertação publicada, além do repositório da Biblioteca Universitária (BU-UFSC), e dos 8,0% que publicaram foram na forma de artigo científico e capítulo de livro de farmacologia.

Além disso, 50,0% dos egressos responderam que a sua dissertação (ou trabalhos / atividade derivada) poderiam ser aplicadas ou aproveitadas em outro local de atuação profissional similar, 34,0% que poderiam ser aplicadas, porém com alguns ajustes e somente 16,0% que não poderiam ser aplicadas.

Sobre a visibilidade *on-line* e as estratégias de divulgação do MPF, 54,0% afirmaram ser suficientes e apropriadas, porém poderiam ter mais divulgação, 25,0% concordaram sem ressalvas, 17,0% acharam que não são apropriadas nem suficientes e que os canais de divulgação precisam ser ampliados e 4,0% acharam que não são apropriadas nem suficientes e precisa melhorar as informações na página principal do curso (Tabela 5).

Tabela 5- Visibilidade *on-line* e as estratégias de divulgação do MPF

Pergunta	% (n=24)
O MPF tem visibilidade <i>on-line</i> suficiente? As estratégias de divulgação são apropriadas?	
Sim	25,0
Sim, mas poderia ter mais divulgação	54,0
Não, precisa ampliar os canais de divulgação	17,0
Não, precisa melhorar as informações na página principal	4,0

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

3.4 IMPACTOS SOCIAIS

Com relação aos impactos sociais, a primeira pergunta gerou um resultado bastante equilibrado ao questionar se em decorrência do MPF, o egresso desenvolveu, coordenou ou participou de ações que produziram algum tipo de impacto social, sendo que 55,0% responderam que sim e 45,0% responderam que não (Tabela 6).

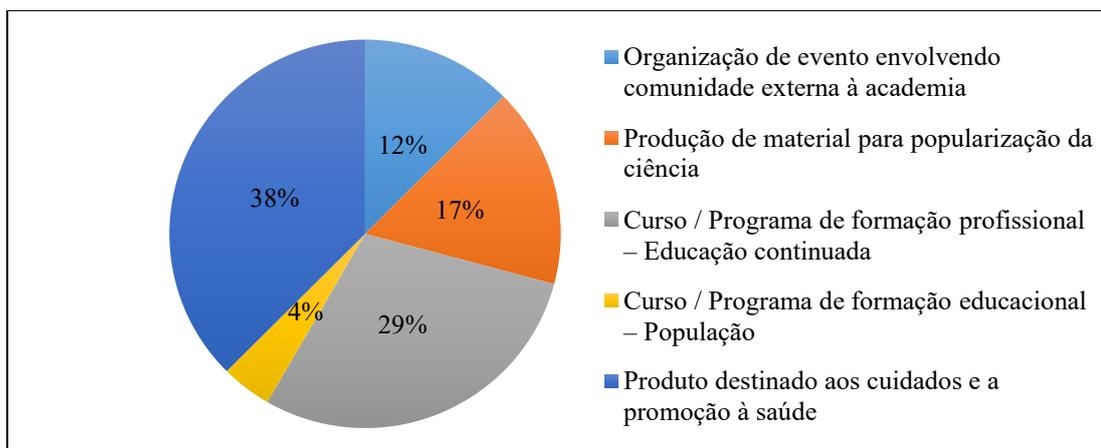
Tabela 6- Participação do egresso em ações de impacto

Pergunta	% (n=24)
Desenvolveu, coordenou ou participou de ações que produziram algum tipo de impacto social	
Sim	55,0
Não	45,0

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Já a forma com que essas ações foram desenvolvidas foram bastante variadas, uma vez que 38,0% relacionaram-nas a um produto destinado aos cuidados e a promoção da saúde, 29,0% participaram de educação continuada, 17,0% produziram material para popularização da ciência, 12,0% organizaram algum tipo de evento envolvendo a comunidade externa à academia e 4,0 % participaram de curso destinado à população (Figura 7).

Figura 7- Ações de impacto social



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

De acordo com o ponto de vista dos respondentes, o MPF está gerando retorno para a sociedade, sendo que 55,0% concordam mas compartilham da ideia que precisa melhorar o incentivo do programa neste aspecto e 34,0% além de concordarem confirmam que sua dissertação teve esse desfecho.

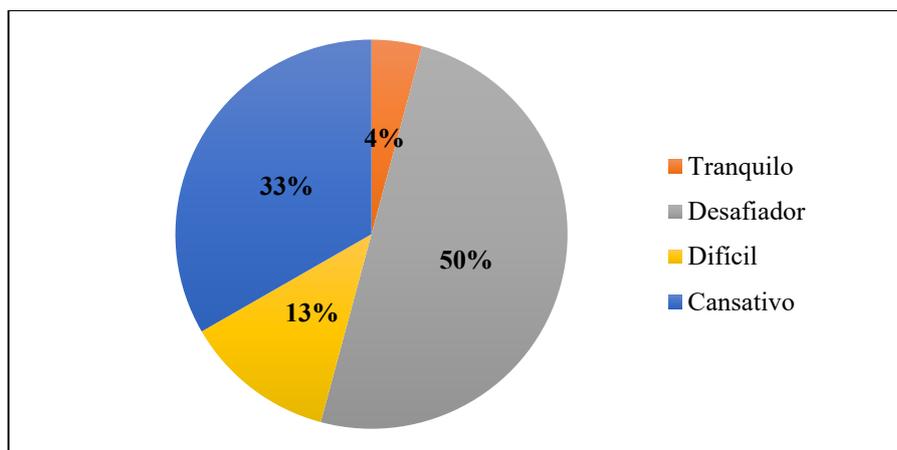
3.5 IMPACTOS PESSOAIS

A maioria quase absoluta dos egressos (96,0%) considerou positivos os impactos gerados pela rede de contatos construída durante o MPF.

Em relação ao apoio e incentivo da chefia do seu local de trabalho, 37,0% dos entrevistados responderam que tiveram apoio e incentivo tendo sido liberados para as aulas presenciais sem necessidade de repor a carga horária, 42,0% conseguiram liberação para as aulas, porém foi necessário repor todas as horas em que estiveram ausentes e 21,0% não tiveram apoio e incentivo e precisaram se organizar para dar conta do trabalho e do MPF.

Metade dos entrevistados consideraram desafiador conciliar vida pessoal, profissional e MPF, enquanto que 33,0% definiram como cansativo, 13,0% difícil e 4,0% tranquilo (Figura 8).

Figura 8- Impressão sobre como foi conciliar vida pessoal, profissional e MPF



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

A maior parte dos egressos (75,0%) consideraram como principais finalidades do MPF todas as opções citadas, produção científica, produção acadêmica, produção social, capacitação profissional e aprimoramento pessoal, 17% consideraram somente aprimoramento pessoal e 8,0% somente capacitação profissional (Tabela 7).

Tabela 7- Principais finalidades do MPF

Pergunta	% (n=24)
Na sua opinião o MPF tem como principal finalidade:	
Produção científica	-
Produção acadêmica	-
Produção social	-
Capacitação profissional	8,0
Aprimoramento pessoal	17,0
Todas as opções anteriores	75,0
Nenhuma das opções anteriores	-

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Uma pequena parcela dos egressos (8,0%), responderam não ter interesse em acompanhar as atividades realizadas pelo MPF, como bancas, eventos e palestras, enquanto que 60,0% responderam que o principal impedimento seria o horário e 32,0% a distância (Tabela 8).

Por fim, finalizando os blocos de impactos, questionou-se o interesse dos egressos em cursar Doutorado Profissional em Farmacologia pela UFSC, sendo que 63,0% responderam “sim”, 25,0% “não” e 12,0% “talvez”.

Tabela 8- Interesses relacionados ao MPF

Perguntas	% (n=24)
O que o(a) impediria de acompanhar as atividades (bancas, eventos, palestras, etc.) realizadas pelo MPF?	
Horário	60,0
Distância	32,0
Acesso às informações	-
Não tenho interesse	8,0
Você teria interesse em cursar Doutorado Profissional em Farmacologia pela UFSC?	
Sim	63,0
Não	25,0
Talvez	12,0

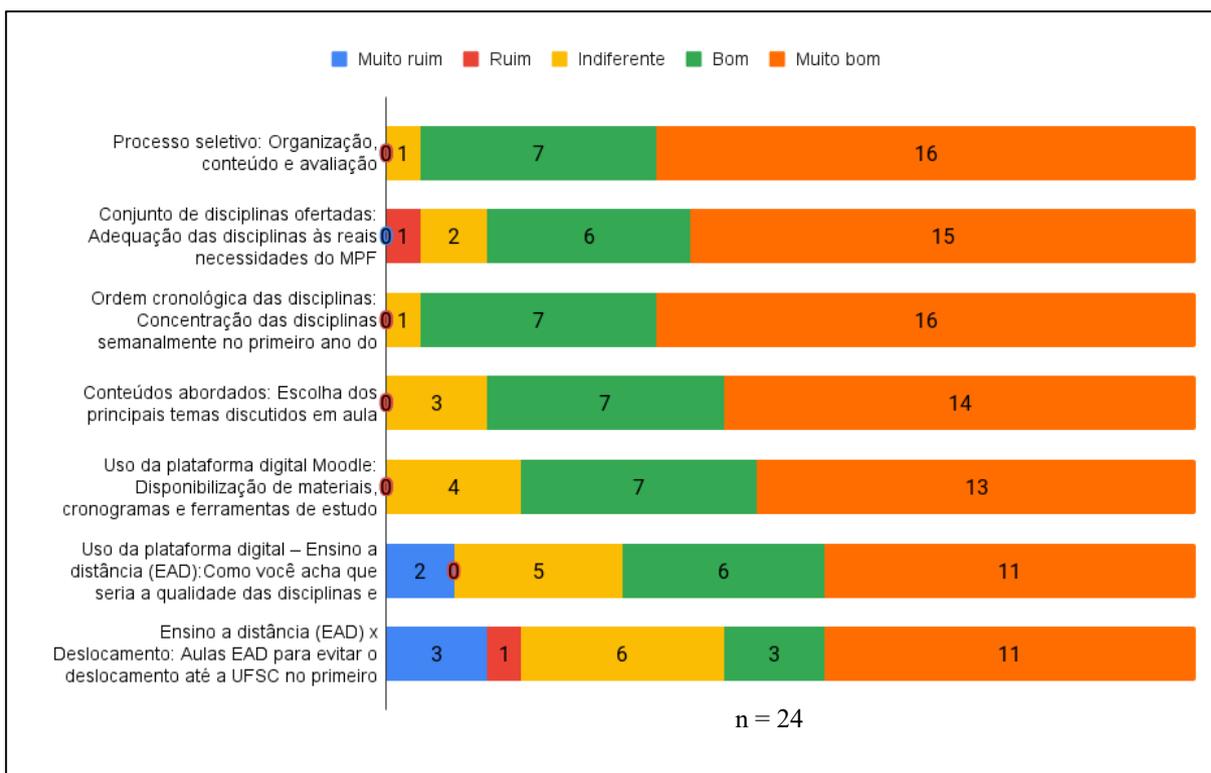
Fonte: Elaborada pela autora (2022).

3.6 EM RELAÇÃO A PROPOSTA DO MPF DA UFSC

A escala de valores foi a abordagem utilizada nas questões deste bloco, as opções variaram de “muito ruim” (1) a “muito bom” (5) e para facilitar a exposição dos resultados foram criados 4 grupos, conforme as Figuras 9, 10, 11 e 12.

Observou-se que nos assuntos processo seletivo, conjunto de disciplinas ofertadas, ordem cronológica das disciplinas, conteúdos abordados e uso da plataforma digital *Moodle* as respostas “muito bom” e “bom” prevaleceram sobre as demais. Nas questões seguintes, sobre o uso de plataforma digital com ênfase no ensino a distância, embora ainda prevaleçam as respostas “muito bom” e “bom” observou-se um grupo que optou pela opção “muito ruim” (Figura 9).

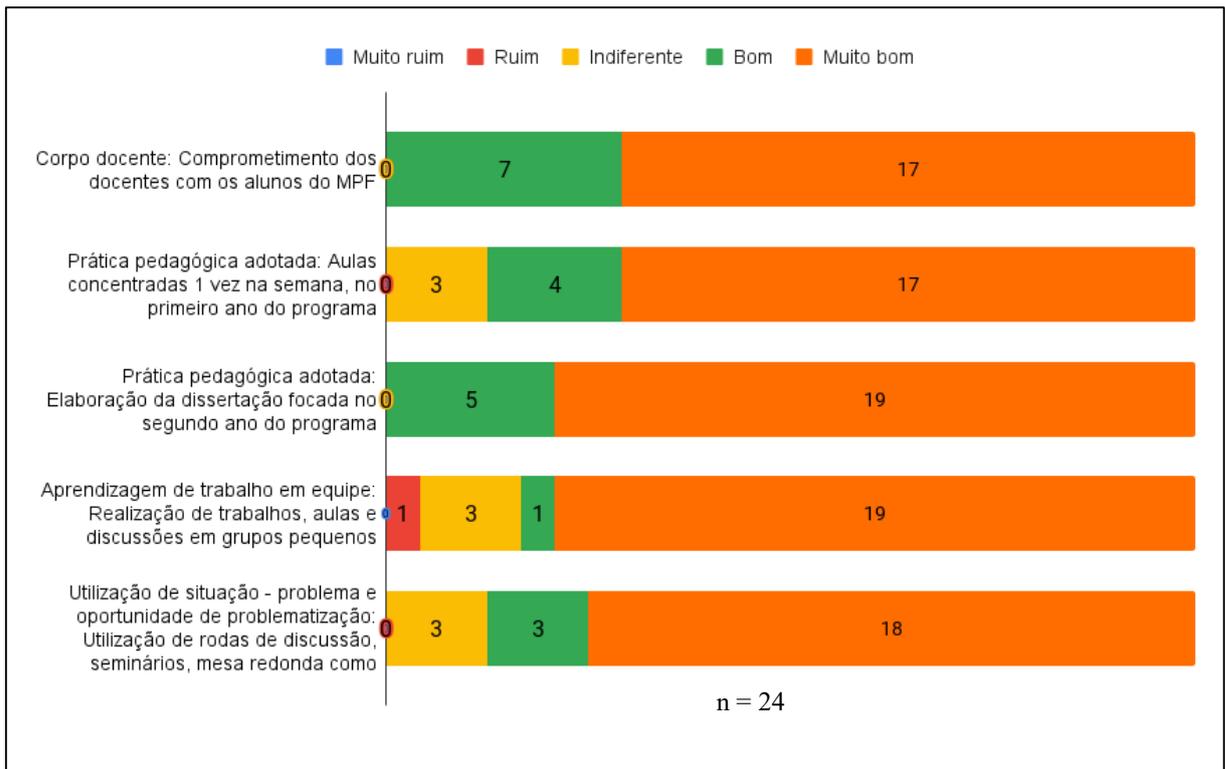
Figura 9- Primeiro grupo de resultados: em relação a proposta do MPF



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

A Figura 10 ilustra a opinião dos entrevistados sobre o corpo docente, prática pedagógica adotada, aprendizagem de trabalho em equipe e utilização de situação problema, nestas variáveis a maioria quase absoluta escolheu a opção “muito bom” ou “bom”.

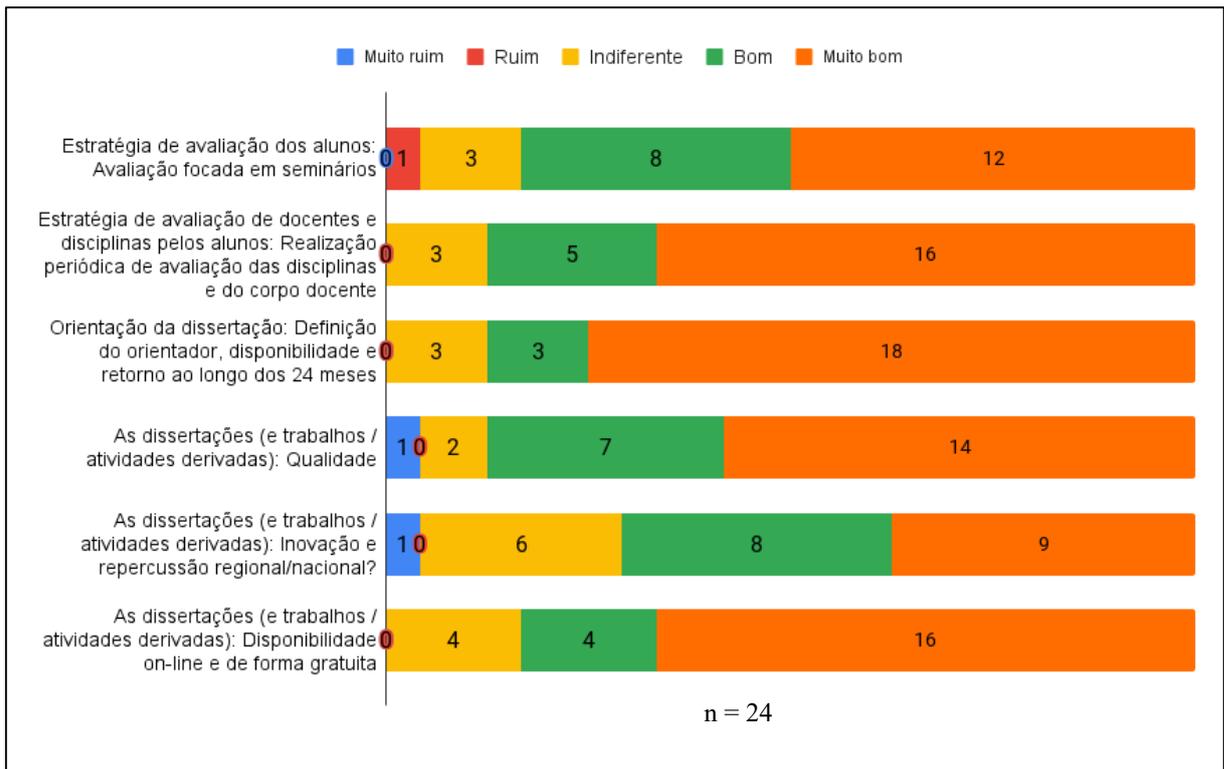
Figura 10- Segundo grupo de resultados: em relação a proposta do MPF



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

No grupo seguinte os egressos responderam 6 perguntas e opinaram sobre a estratégia de avaliação dos alunos, estratégia de avaliação dos docentes e as dissertações (Figura 11). Sobre as estratégias de avaliações, quase todos os respondentes consideraram os maiores valores 5 e 4 (muito bom e bom). Já quando o tema abordado foi a dissertação, um percentual maior considerou indiferente e muito ruim, mesmo assim, as respostas positivas prevaleceram.

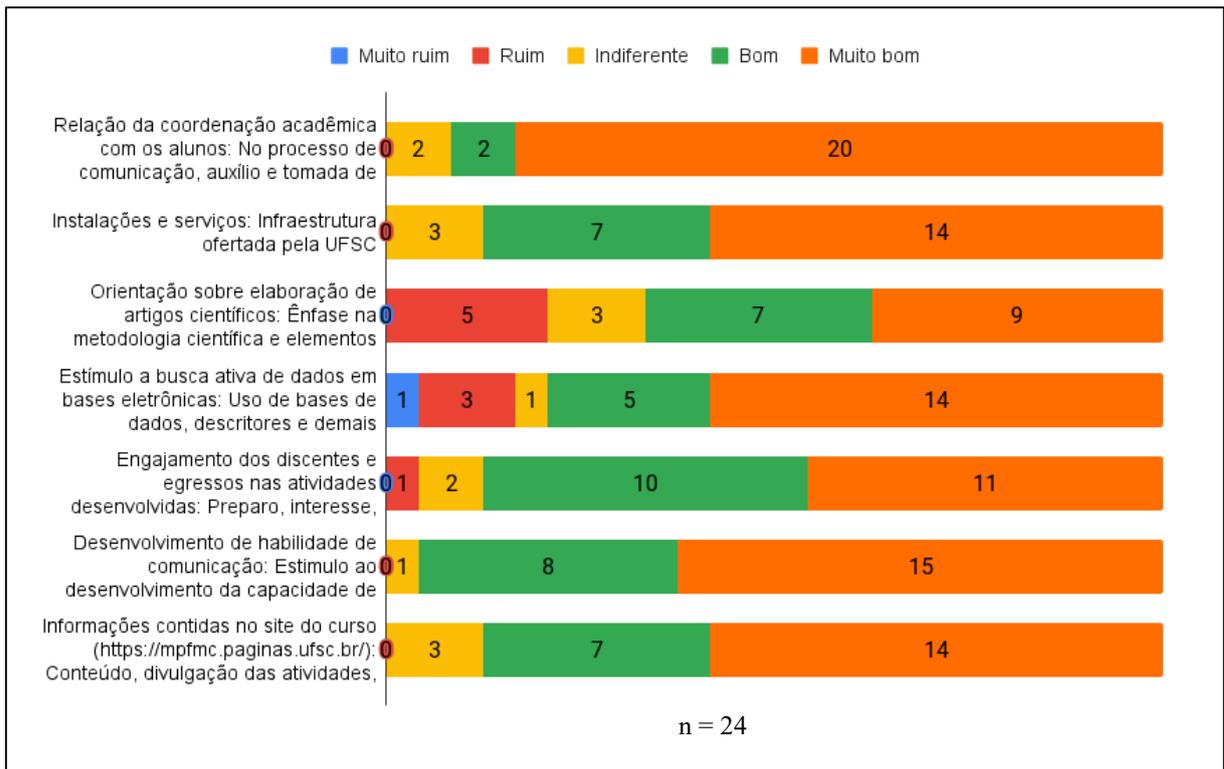
Figura 11- Terceiro grupo de resultados: em relação a proposta do MPF



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

As questões finais (Figura 12) abordavam aspectos variados como, por exemplo, a relação da coordenação acadêmica com os alunos, onde 20 responderam “muito boa”. Outros aspectos avaliados foram instalações, serviço e infraestrutura; orientações sobre a elaboração de artigos científicos; estímulo a busca ativa de dados em bases eletrônicas; engajamento dos discentes e egressos nas atividades desenvolvidas; desenvolvimento de habilidades de comunicação e informações contidas no site do curso. Assim como nas demais partes a grande maioria das respostas ficou entre “muito bom” e “bom”.

Figura 12- Quarto grupo de resultados: em relação a proposta do MPF



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Por último, finalizando o questionário, 25,0% dos entrevistados deixaram seus comentários e sugestões acerca do MPF em uma questão aberta, sem limites de caracteres e não obrigatória. As respostas foram as seguintes:

“Curso excelente. Me possibilitou aprimoramento pessoal e profissional. aguardo ansiosa abertura do programa de Doutorado Profissional em Farmacologia”.

“Se o orientador quiser fazer um projeto com seu aluno ele precisa saber fazer o projeto. Se não souber, tem que fazer outra atividade. Se decidir fazer uma revisão porque os projetos não deram certo, é preciso ensinar fazer revisão. Porque se o aluno já soubesse fazer, ele já teria produção científica publicada. Ele não se dedicaria a cumprir créditos para fazer uma pós com o objetivo de aprender fazer. Eu sinto me sinto muito frustrada com minha tese”.

“Focar mais nas disciplinas que muitas vezes são ministradas de forma muito rápida e superficial, bem como o ensino da produção de textos e artigos científico”.

“Foi muito gratificante ter sido aluna do MPF e o quanto que o mestrado agregou na minha vida pessoal e profissional. Sugestão: Tornar possível o doutorado profissional, uma vez que muitos egressos, como eu, já trabalham na docência em universidades privadas, onde

se tem acesso aos laboratórios de pesquisas - o que poderia favorecer na continuidade da pesquisa/tese (ao menos em parte) no próprio local de trabalho”.

“ O MPF tem muito potencial! Acredito que a ampliação da carga horaria das aulas com redução de aulas estruturadas a base de seminários e com isso, mais explicações sobre os temas pelos professores, já seria um ponto de partida para melhorias no curso”.

“ Considero o programa excelente”.

4 DISCUSSÃO

O MP, muito embora tenha surgido no SNPG mais recentemente, teve um grande avanço em muitas regiões do país. Essa modalidade teve ampla expansão devido à criação de programas no interior do país. A tendência é que esta modalidade da pós-graduação cresça e se desenvolva mais a cada ano, principalmente considerando a criação dos cursos de doutorado profissional, a qual permite a elegibilidade dos cursos de mestrado para as notas 6 e 7 (CAPES, 2021a).

Logo procura-se aprimorar cada vez mais o processo avaliativo destes cursos, a fim de garantir a manutenção da qualidade. O procedimento avaliativo de programas de mestrado e doutorado profissionais deverá atender às finalidades da formação pós-graduada profissional e da organização da pesquisa a ela associada. Nesse sentido, deve-se buscar um fator de qualidade associado a essa dimensão, ou seja, a do impacto na sociedade, do impacto profissional e do desenvolvimento de trabalhos e pesquisas pertinentes às áreas econômicas as quais se inserem os programas. Essa questão afeta os perfis dos docentes pesquisadores tanto em relação à formação, quanto à produtividade, que certamente envolve uma gama diferenciada de critérios em relação aos programas e cursos acadêmicos (CAPES, 2021a).

A avaliação dos programas deverá incorporar parâmetros que incentivem a formação de parcerias com o setor extra-acadêmico, visando à geração de tecnologia e à formação, de fato, de profissionais voltados para o setor produtivo. Na busca pela qualidade, cada curso deve estar atento aos seus egressos e ao retorno que estão deixando para a sociedade além da academia (CAPES, 2021a).

Na Avaliação Quadrienal da CAPES, os documentos de área são referência para os processos avaliativos. Nesses documentos estão descritos o estado atual da área, as suas características e perspectivas, assim como os quesitos considerados prioritários na avaliação dos programas pertencentes a cada área. Observa-se que há um padrão básico, definido pelos documentos norteadores da CAPES, porém cada área organiza o seu documento de área de acordo com as suas principais características e especificidades (CAPES, 2020).

Na área CBII, modalidade profissional, os principais quesitos avaliados são o programa, a formação e o impacto na sociedade (CAPES, 2020).

No quesito programa é realizada uma avaliação de 4 pontos estratégicos: articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível, em relação aos objetivos, missão e modalidade do programa; perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à

proposta do programa; planejamento estratégico do programa e suas articulações com o planejamento estratégico da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura e melhor formação de seus alunos, vinculada à produção intelectual, bibliográfica, técnica ou artística: e os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente e produção intelectual (CAPES, 2020).

Já no quesito formação 5 pontos estratégicos são avaliados: qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa; qualidade da produção intelectual de discentes e egressos; destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida; qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no programa; qualidade e envolvimento do corpo docente em relação às atividades de formação no programa (CAPES, 2020).

Sobre o item impacto na sociedade os pontos estratégicos avaliados são: impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa; impacto econômico, social e cultural; internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do programa (CAPES, 2020).

No processo de avaliação, dentro do quesito programa, um dos pontos estratégicos é a autoavaliação. Segundo a CAPES (2019a) há uma mudança de foco no processo avaliativo da autoavaliação ao invés de receber os resultados pelos programas, a Agência deverá acompanhar como os programas estão conduzindo suas autoavaliações. Desta maneira, cada programa poderá propor um delineamento de autoavaliação apto a captar aspectos pertinentes a sua missão e seus objetivos, incluindo aqueles relativos à sua inserção tanto no contexto social quanto internacional e a suas escolhas científicas específicas (CAPES, 2019a). Trata-se do processo de detectar pontos fortes e potencialidades, discriminar pontos fracos e prever oportunidades e metas para os cursos. Estas metas devem ser estabelecidas com clareza e elas devem ter a maior participação possível da comunidade acadêmica, para que se sintam representada (CAPES, 2019a).

Além disso, a autoavaliação constitui o relato detalhado, por parte do curso, sobre seus procedimentos e instrumentos de autoavaliação. É possível observar, ao trabalhar com avaliação, a importância de se pensar a prática, de refletir sobre a prática, de encontrar lições na prática e derivar dela ações concretas, norteadas pela teoria. Logo, a avaliação externa e a autoavaliação são processos que se complementam, atuando em consonância e articulação (CAPES, 2019a).

4.1 IDENTIFICAÇÃO

Um dos grandes desafios da pesquisa, ao utilizar um questionário eletrônico, foi o número de participantes. Apenas 30,0% dos egressos convidados a participar da pesquisa responderam ao questionário dentro do tempo estabelecido. Um percentual de respondentes semelhante foi observado na pesquisa de Silva e colaboradores (2022). Segundo Vieira e colaboradores (2010) a principal desvantagem das pesquisas *on-line* é a baixa taxa de resposta aos questionários, podendo estar associada a não percepção de *spam*, falta de habilidade dos respondentes, dependência de recursos tecnológicos e impessoalidade. No caso dos egressos do MPF acredita-se que a baixa taxa de respostas possa estar associada a impessoalidade, ao aumento do recebimento de diversos questionários em meio eletrônico, não sendo muitas vezes identificados os relevantes.

Uma das propostas para melhorar este quesito seria manter o uso do questionário *on-line*, devido ao grande número de vantagens que ele apresenta, porém, desenvolver estratégias para alcançar um número maior de participantes. Uma opção seria aplicá-lo durante alguma aula presencial ou remota, uma vez que estabelece um espaço, onde poderão ser fornecidas explicação qualificada sobre os objetivos do questionário e um tempo adequado para a sua realização.

Esses resultados são reflexos de uma prática ainda iniciante, o acompanhamento de egressos pelas universidades, especialmente quando comparada a dos Estados Unidos, onde pesquisas deste tipo datam de 1930, enquanto no Brasil só vieram ganhar visibilidade a partir de 2006 (NISHIMURA, 2015).

No que se refere ao sexo, a maioria dos egressos do MPF é composta por indivíduos do sexo feminino. Segundo o INEP (2021), as mulheres representam a maioria dos titulados na pós-graduação brasileira, tanto nos cursos de mestrado, como nos de doutorado. Além disso, as mulheres alcançam maiores graus de escolaridade e melhores notas em testes de avaliação quando comparadas aos homens (INEP, 2021). Nesse sentido, o perfil dos egressos do MPF acompanha a tendência nacional, pois tem a maioria dos seus alunos composta por mulheres.

As expectativas dos egressos em relação a participação no MPF, assim como observado por Viniegra e colaboradores (2019) foram alcançadas, onde a maioria dos participantes responderam que os principais motivos que os levaram a buscar o curso foi a busca de aprimoramento técnico-científico (aumentar/atualizar os conhecimentos na área de atuação e desenvolver habilidades para abordar um problema cientificamente).

4.2 IMPACTOS PROFISSIONAIS

Ao avaliar os impactos profissionais que o MPF trouxe aos egressos observou-se que maioria respondeu que “continuou exercendo as mesmas atividades” após a obtenção do título de mestre e só um quarto obteve ascensão na carreira profissional. Assim como observado por Viniegra e colaboradores (2019) o vínculo empregatício foi um dos quesitos que menos contribuiu para a vida dos egressos, indicando que o diploma de mestrado não é garantia de acréscimo nesse aspecto importante da atuação profissional. Por outro lado, acredita-se que nem todos os egressos que responderam ao questionário estavam com todas as atividades do curso finalizadas, não possuindo o certificado de mestre em mãos, podendo essa ascensão na carreira ainda estar dependente da obtenção do certificado.

Ao avaliar a relação entre o MPF e o trabalho a maioria dos entrevistados respondeu que o curso produziu modificações substanciais no seu processo de trabalho e considerou que as principais mudanças foram ampliação na capacidade de elaborar soluções para os problemas de trabalho e aumento dos conhecimentos técnicos, assim como observado por Hortale e colaboradores (2010). Nesse estudo, os autores relataram que a maioria dos egressos que participou da pesquisa, fez o curso por iniciativa pessoal, enquanto apenas 31,0% por recomendação institucional como forma de aprimoramento profissional. Além disso, mais da metade dos egressos respondeu continuar no exercício das mesmas atividades antes do curso, podendo indicar que não houve, por parte da instituição, previsão de mudança de cargo após o aprimoramento profissional.

A grande parte dos egressos considerou que o curso produziu modificações importantes no seu processo de trabalho, esse dado vai de encontro aos objetivos dos cursos de mestrado e doutorado profissionais previstos na Portaria nº 60 de 2019. Além disso, considerou que o curso ampliou as fontes de informações sobre a área de atuação e a capacidade para resolver problemas no trabalho. Por fim, todos informaram que seus conhecimentos aumentaram, embora quase a metade tenha considerado que o curso não modificou substancialmente sua atitude como profissional. Todos estes dados obtidos se assemelham aos observados em estudo prévio (HORTALE *et al.*, 2010).

4.3 IMPACTOS ACADÊMICOS

De acordo com os egressos a pesquisa desenvolvida durante o MPF gerou impacto positivo na instituição de trabalho ou na sociedade atendida pelo seu local de trabalho. O perfil

dos cursos de MP atende à exigência da sociedade atual por uma formação qualificada que não se restrinja aos domínios da carreira universitária e contemple setores empresariais e de ensino que necessitam de um perfil diferente do pesquisador acadêmico (PAIXÃO; BRUNI, 2013). Nesse sentido, os cursos atendem a uma demanda oriunda do mundo do trabalho, promovem uma formação de tipo profissional com conhecimento de natureza operacional ou funcional, assim como o disposto na Portaria nº 60 de 2019 “contribuir para agregação de conhecimentos de forma a impulsionar o aumento da produtividade em empresas, organizações públicas e privadas”. Com a finalidade de formar pesquisadores práticos, dotados de habilidades e competências para conhecerem sistematicamente sua atividade, aperfeiçoá-la ou corrigi-la em seus defeitos e insuficiências e dessa maneira devolver para a sociedade conhecimento técnico de qualidade, de forma a atender às demandas sociais e econômicas, promovendo impactos positivos ao seu redor (SILVA; COSTA; SANTOS, 2022).

Além dos impactos gerados durante o curso, se espera que essas mudanças não se restrinjam ao curso e ao desenvolvimento do projeto e sim se tornem parte da rotina profissional, ou seja, consigam ser incorporadas à realidade, mesmo que não em sua totalidade. De acordo com a pesquisa boa parte dos entrevistados continua atuando como pesquisador na área de alguma forma.

Com relação a atuação na academia após o MPF, Silva e colaboradores (2022) descreveram que a maioria dos egressos deu continuidade nos estudos iniciados durante o MP, porém, um número considerável de respondentes deixou o mundo da pesquisa, não dando continuidade nem ao projeto de sua dissertação, nem desenvolvendo algum trabalho acadêmico com tema relacionado ao curso, o mesmo foi observado nesta pesquisa. Esse desfecho pode estar relacionado a existência de uma tensão no que diz respeito à autorrealização do indivíduo em seu espaço de trabalho, esbarrando nas limitações estruturais das instituições nas quais os egressos exercem a sua profissão.

Porém, a maioria dos entrevistados demonstrou interesse em ser uma conexão entre o MPF e o seu local de atuação profissional para a realização de uma cooperação técnico-científica. Este dado vai ao encontro dos principais objetivos do MP que são: capacitar profissionais qualificados para práticas avançadas, inovadoras e transformadoras dos processos de trabalho, visando atender às demandas sociais, econômicas e organizacionais dos diversos setores da economia; e contribuir para agregação de conhecimentos de forma a impulsionar o aumento da produtividade em empresas, organizações públicas e privadas (BRASIL, 2019).

No MP os trabalhos de conclusão de curso deverão atender às demandas da sociedade, alinhadas com o objetivo do programa, utilizando-se método científico e princípios da ética.

Além disso, um diferencial do MP é a exigência do desenvolvimento de um PTT. A CAPES definiu 23 diferentes PTTs, descreveu seus critérios e definições e instituiu estes produtos como ferramenta de avaliação dos cursos profissionais. Cada curso tem a liberdade de definir quais destes produtos se enquadram na sua proposta pedagógica e se encaixam no perfil de seus alunos. O MPF/UFSC segue a recomendação dos PTTs definidos para a área no qual o programa está inserido, nesta listagem estão os produtos que mais se enquadram no perfil dos mestrados servindo de orientação e instrução.

De acordo com os egressos, as dissertações desenvolvidas se transformaram em 7 diferentes PTTs. Os PTTs que apareceram com maior frequência foram, manual ou protocolo, material didático ou instrucional para popularização da ciência (cartilha, programa de mídia), produto bibliográfico técnico-tecnológico (artigo) e base de dados técnico-científicos. Isso demonstra o quão grande é a possibilidade de desenvolvimento de trabalhos, que além da devolutiva acadêmica desenvolvem produtos para a sociedade, levando para a população conhecimento e tecnologia de qualidade.

A visibilidade *on-line* e as estratégias de divulgação do MPF geraram opiniões contraditórias. Embora alguns egressos tenham considerado estes aspectos adequados, a maioria respondeu que é necessário ampliar a divulgação, aumentar as informações disponíveis na página principal do curso para alcançar uma visibilidade maior. Esse achado coincide com uma das recomendações publicada na última ficha de avaliação quadrienal da Capes (2017) do MPF, disponível na Plataforma Sucupira onde a comissão recomenda ao programa adoção de estratégias que ampliem a visibilidade do programa, como sites e mídias sociais. Estratégias podem ser desenvolvidas através de planejamento digital, uso de outras plataformas digitais, com o intuito de divulgar informações sobre o perfil do curso e trazer também relatos de alunos, compartilhando experiências e resultados, demonstrando os diferentes impactos que o MPF gera para a sociedade.

4.4 IMPACTOS SOCIAIS

Com a implementação do quesito Inserção Social no questionário de avaliação de desempenho dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil, como forma de aperfeiçoar o processo avaliativo, a CAPES atribuiu um novo modelo de responsabilidade social no que se refere à devolutiva de pesquisas dos mestrados (acadêmicos e profissionais) e dos doutorados. Neste contexto, os MPs assumiram maiores responsabilidades, uma vez que conforme a sua natureza, a possibilidade de desenvolver pesquisas aplicadas no intuito de

atender as necessidades de uma dada realidade social, era mais evidente (NUNES; FERNANDES, 2017).

No entanto, de acordo com os egressos do MPF apenas metade dos entrevistados respondeu que desenvolveu, coordenou ou participou de ações que produziram algum tipo de impacto social. Acredita-se que os alunos da PG ainda desconheçam a necessidade do desenvolvimento de trabalhos voltados a atender as demandas da sociedade uma vez que culturalmente os cursos de especialização são focados prioritariamente nos interesses da academia, desenvolvimento de publicações acadêmicas e formação de professores. Todavia, a CAPES define a devolutiva social dos cursos de mestrado como a formação de recursos humanos qualificados para a administração pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento (NUNES; FERNANDES, 2017).

Já quando questionado a forma com que essas ações foram desenvolvidas as respostas foram variadas, uma vez que 38,0% desenvolveram um produto destinado aos cuidados e a promoção da saúde, 29,0% participaram de educação continuada, 17,0% produziram material para popularização da ciência, 12,0% organizaram algum tipo de evento envolvendo a comunidade externa à academia e 4,0% participaram de curso destinado à população. Aqui podemos observar um viés nas respostas, uma vez que era uma pergunta obrigatória e não tinha uma opção de resposta “não gerou nenhum tipo de impacto social” visto que quase metade dos entrevistados considerou não ter gerado nenhum impacto, logo, ficou sem opção de resposta, tendo que assinalar alguma opção mesmo não sendo a opção mais adequada. Para manter a pergunta no questionário uma alternativa com a opção de resposta “não gerou nenhum tipo de impacto social” precisará ser acrescentada.

4.5 IMPACTOS PESSOAIS

A maioria dos egressos considerou positivo os impactos gerados pela rede de contatos construída durante o MPF, assim como observado por Araújo e Amaral (2011) onde relataram influências significantes do programa de mestrado sobre aspectos de natureza pessoal. Descreveram também, que o conjunto de valores e condutas assumidas pelos mestrados possibilita perceber quão ampla podem ser as contribuições do MP para o desenvolvimento pessoal, sendo perceptíveis as transformações de natureza íntima, capazes de torná-los profissionais mais competentes e engajados na melhoria da qualidade do processo de ensino de suas áreas específicas de conhecimento, refletindo constantemente sobre suas práticas e

entendendo ser necessário buscar um aprimoramento que os qualifiquem para o melhor exercício de sua profissão, indo ao encontro dos principais objetivos do MP.

Por outro lado, um ponto bastante desafiador, de acordo com os egressos, é em relação ao apoio e incentivo dos gestores para o desenvolvimento das atividades do MP. A minoria teve apoio e incentivo dos empregadores e grande parte relatou que precisou se organizar para dar conta do trabalho e do MPF, tendo que fazer horas extras e repor carga horária, embora já se saiba que o desenvolvimento das competências de uma organização ocorre por meio de processos de aprendizagem como a educação formal e continuada de seus colaboradores (VIEIRA.; CRUZ, 2012).

Uma grande parcela dos egressos afirmou ter interesse em acompanhar as atividades realizadas pelo MPF, como bancas, eventos e palestras e dessa forma continuarem participando das atividades acadêmicas oferecidas pela UFSC, mesmo após a finalização do curso. Porém há alguns impeditivos que estão presentes e poderiam afetar a participação desse grupo como o horário das atividades e a distância. Com relação à distância, a realização de atividades remotas, uma tendência de muitos cursos e eventos, seria uma opção que poderia atender uma boa parcela dos interessados.

Quando abordado sobre o interesse dos egressos em cursar Doutorado Profissional (DP) em Farmacologia pela UFSC, a maioria dos entrevistados demonstrou estar interessando. Os cursos de DP pertencem a uma modalidade recente da pós-graduação, segundo a CAPES há um total de 58 cursos de DP no Brasil, destes 14 na região Sul e 2 em Santa Catarina. Dos cursos de DP reconhecidos pela CAPES no estado de Santa Catarina, 1 deles é ministrado na UFSC, intitulado como DP de Gestão do Cuidado em Enfermagem (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2022).

O DP assim como o MP, deve interagir diretamente com o setor econômico ao qual o curso está vinculado, capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional, gerando produtos relevantes e inovadores para a sociedade. Também é importante que as atividades dos PPGs contribuam para a gestão e formulação de políticas públicas, favorecendo a resolução de problemas, impactando dessa forma os indicadores regionais, nacionais e/ou internacionais, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho. Recomenda-se que o curso de DP seja vinculado a um curso de MP já existente, com maturidade reconhecida por avaliações anteriores representada pelas notas 4 ou superior (CAPES, 2019c).

Segundo a CAPES (2019c), propostas envolvendo a transdisciplinaridade serão incentivadas pela área CBII, pois podem dar origem a novos saberes, à consolidação da ciência

translacional e ao atendimento de demandas específicas da sociedade. Com a existência de um curso de MPF já consolidado, apoio dos egressos e da área na qual o curso está inserido, o desenvolvimento de um curso de DP em Farmacologia pela UFSC poderá se tornar uma possibilidade viável nos próximos anos a partir de um planejamento estratégico, com a definição de metas e propostas.

4.6 EM RELAÇÃO A PROPOSTA DO MPF DA UFSC

Neste bloco utilizou-se a escala *Likert*, pois o método permite descobrir graus de opinião e assim auxiliar na elaboração de estratégias para melhorar os pontos de maior reclamação, de acordo com a opinião do público alvo.

Nas primeiras perguntas as respostas “muito bom” e “bom” representaram quase o percentual total das respostas, logo de acordo com a análise feita pelos egressos, o processo seletivo, o conjunto de disciplinas ofertadas, a ordem cronológica das disciplinas e os conteúdos abordados satisfazem as expectativas dos alunos e devem continuar seguindo o padrão, visando manter a qualidade.

Sobre o uso de plataforma digital e ensino a distância, observou-se um grupo que optou pela opção “muito ruim”. Embora o ensino à distância (EAD) tenha passado por um grande salto de desenvolvimento devido à pandemia do novo coronavírus, ainda há muita incerteza com relação a essa modalidade de ensino. Muitos alunos temem que a flexibilização possa ser prejudicial, diminuir o padrão do curso e conseqüentemente do profissional que se forma.

Segundo Oliveira e Bittencourt (2020) apesar da importância e do crescimento, as taxas de evasão no EAD têm apresentado números altos, chegando a 40,0% no Ensino Superior. Tais números são influenciados por diversas variáveis e fatores, tais como sociais, institucionais e pessoais. Segundo os autores o principal fator que contribuiu para a evasão foi a dificuldade em conciliar trabalho e estudo. Tal apontamento não se restringe somente à EAD, mas também a dados verificados no ensino presencial (OLIVEIRA; BITTENCOURT, 2020). O mesmo foi observado com os egressos do MPF, que ao definir como foi conciliar a vida pessoal, profissional e os estudos a maioria disse ser desafiador, cansativo e difícil.

Na sequência o questionário abordou assuntos variados e a grande maioria das respostas ficaram entre “muito bom” e “bom”. O que demonstra um elevado grau de satisfação dos egressos com relação a proposta do MPF, desde sua grade curricular até a infraestrutura ofertada aos alunos. Já quando o assunto foi a dissertação, um percentual maior considerou indiferente tanto os quesitos inovação e repercussão regional / nacional quanto a disponibilidade *on-line* e

de forma gratuita. Essa indiferença pode estar relacionada à falta de estímulos a publicações científicas no programa, ou até mesmo a ausência de um programa de DP, que estimule o aluno a dar continuidade aos estudos como forma de aprimoramento profissional e pessoal.

Dentre os pontos positivos, 2 questões apresentaram um maior grau de insatisfação por parte dos egressos: uma delas foi a orientação sobre elaboração de artigos científicos, ênfase na metodologia científica e o estímulo a busca ativa de dados em bases eletrônicas. Ambos são pontos bem específicos e podem estar associados a fatores diversos, não especificados no questionário. Esse resultado por sua vez gera um alerta para as turmas futuras, onde é possível pensar em estratégias que melhorem a percepção dos egressos nesses pontos.

Por fim, os entrevistados deixaram de maneira voluntária, seus comentários e sugestões acerca do MPF, porém apenas 25,0% dos participantes fizeram alguma consideração, cada resposta apresentou uma temática diferente, muitas elogiando o programa e suas contribuições e uma minoria com críticas sobre pontos estratégicos das aulas. Tais resultados refletem o que já foi observado ao longo da pesquisa, elevado grau de satisfação dos egressos e alguns pontos específicos como pontos de observação para articulação de possíveis melhorias.

Então, visto a importância da autoavaliação e seu objetivo principal de aprendizagem, servindo como ponto de partida para tomada de decisão pelos coordenadores, o questionário usado na pesquisa foi reestruturado e será oferecido um novo questionário (apêndice C) como proposta para a coordenação do MPF usar como parte do processo de autoavaliação do MPF. As alterações realizadas visaram deixar o questionário mais enxuto, otimizando o tempo para os respondentes e selecionando as perguntas mais relevantes para avaliação dos egressos. O questionário final é composto por 45 perguntas, foram excluídas as questões: 01, 02, 06, 08, 09, 12, 15, 16, 20, 26 e 28. Para validação do questionário será importante fazer uma aplicação em um grupo piloto, após aprovação da coordenação para avaliar se ele atende as expectativas de todos os envolvidos.

5 CONCLUSÃO

A avaliação sistemática e contínua das IES utilizando egressos pode ser um instrumento fundamental para se alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos neles aplicados. Além disso, fornece aos gestores das instituições dados importantes para a formulação de políticas mais consistentes e para uma gestão pública mais eficaz.

O instrumento elaborado deverá ser proposto à coordenação do MPF-UFSC como instrumento para o acompanhamento de egressos e análise do curso, a fim de que se tenham informações confiáveis e seguras na tomada de decisões referentes à manutenção e readequação do MPF. E com isso ter disponível um instrumento que permita a coordenação do curso a avaliação do impacto para os egressos e também identificar as fortalezas e fragilidades do curso, servindo como instrumento para a tomada de decisão acerca dos caminhos a serem seguidos, aspectos a serem reforçados, reformulados, afim de auxiliar no planejamento estratégico.

Espera-se que a instituição utilize esse instrumento, a ser disponibilizado *online*, na obtenção de dados sobre as impressões do egresso a respeito do curso de MPF e sobre sua vida profissional após o mesmo. Considera-se, também, a possibilidade de que esse instrumento venha a servir como modelo e incentivo à criação de outros direcionados a cursos profissionais, com conteúdo e formato de acordo com suas propostas.

As expectativas dos egressos em relação a participação no MPF-UFSC foram alcançadas e os principais motivos que os levaram a buscar o curso foi a busca por aprimoramento técnico-científico.

Os impactos profissionais observados foram na melhora de processos de trabalho como ampliação na capacidade de resolver problemas e aumento dos conhecimentos técnicos. Porém, boa parte dos respondentes confessou sentir indiferença quanto às oportunidades no trabalho que poderiam ter sido proporcionadas em razão de sua formação no MPF, o que pode caracterizar uma limitação para o pesquisador de tipo prático junto às organizações contempladas neste estudo.

Os impactos acadêmicos na sua maioria foram considerados positivos tanto na instituição de trabalho quanto na sociedade, gerando PTTs com aplicabilidade e reprodutibilidade. No entanto há um percentual que não continuou a formação acadêmica-profissional. Assim, apesar da experiência no curso ter sido avaliada positivamente pelos seus egressos, ainda há desafios relacionados à exploração das potencialidades que a pós-graduação profissional pode oferecer, tanto por parte das universidades, como das instituições parceiras.

O desenvolvimento de produtos com impactos sociais, gerados pelo MPF, ainda é uma área que deixa os alunos com dúvidas e nem sempre ficam evidentes nos produtos desenvolvidos ao longo do curso. Uma perspectiva futura é aumentar a conscientização dos acadêmicos sobre a importância da devolutiva do mestrado para a sociedade e do desenvolvimento de ações e produtos com impactos nessa área.

Desenvolver as atividades do MPF e conciliar as demandas profissionais e acadêmicas foi considerada uma tarefa bastante desafiadora. No entanto consideraram significantes as influências do MPF sobre aspectos de natureza pessoal, gerando impactos pessoais positivos.

Como principal limitação desta pesquisa, destaca-se a pequena quantidade de sujeitos que responderam os questionários ($n = 24$), quando comparada à quantidade de egressos no programa no período estudado ($n = 81$). Esse resultado reflete, além de outros fatores mencionados, o desafio que é para as IES incentivar a participação dos ex-alunos nas atividades, como eventos, pesquisas e extensão. Uma perspectiva futura é o desenvolvimento de ferramentas que reduzam o distanciamento entre os egressos e a academia a fim de aproximar os egressos do convívio acadêmico fomentado pelo MPF.

Por fim, entende-se que o produto desta pesquisa possa servir como indutor para a valorização do trabalho realizado pelos alunos que têm cursado o MPF-UFSC e a partir do questionário reestruturado ter uma ferramenta para acompanhamento de egressos e parte do processo de autoavaliação do curso.

Como planos futuros sugere-se de aplicação do questionário para uma turma piloto e formação de uma comissão para análise do questionário e de seus resultados, a fim de verificar se a proposta atende as necessidades do MPF e de seus alunos.

REFERÊNCIAS

ALDERMAN, G; BROWN, R. Can Quality Assurance Survive the Market? Accreditation and Audit at the Crossroads. **Higher Education Quarterly**, [S.L.], v. 59, n. 4, p. 313-328, out. 2005.

ALMEIDA JÚNIOR, A. *et al*. Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. **Revista Brasileira de Educação**, p. 162–173, 1 dez. 2005.

ARAÚJO, M. S. T. DE; AMARAL, L. H. Impactos do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática da Unisul sobre a atividade docente de seus estudantes: do processo de reflexão às transformações na prática pedagógica. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 3, n. 5, 2011.

ARAÚJO-JORGE, T. C; BORBA, M.C; SOVIERZOSKI, H. H. Considerações sobre Classificação de Produção Técnica. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Diretoria de Avaliação (CAPES). **Ministério da educação**. 2016. Disponível em: https://CAPES.gov.br/images/documentos/Classifica%C3%A7%C3%A3o_da_Produ%C3%A7%C3%A3o_T%C3%A9cnica_2017/46_ENSI_class_prod_tecn_jan2017.pdf. Acesso em: 08 jul. 2020.

BALBACHEVSKI, E. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem sucedida. In: Brock. C.; SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BATISTA, S. S. dos S.; AZEVEDO, M. M.; FREIRE, E. Concepção, trajetória e avaliação de um mestrado profissional em educação. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 29, n. 72, p. 632–653, 2021. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/5029>. Acesso em: 17 mar. 2022.

BRASIL, **Portaria nº 131, de 28 de junho de 2017b**. Dispõe sobre o mestrado e o doutorado profissionais. *Diário Oficial da União* 2017a. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19150989/do1-2017-06-30-portaria-n-131-de-28-de-junho-de-2017-19150907. Acesso em: 08 jul. 2020.

BRASIL, **Portaria nº 389, de 23 de março de 2017a**. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*. *Diário Oficial da União* 2017b. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20482828/do1-2017-03-24-portaria-no-389-de-23-de-marco-de-2017-20482789. Acesso em: 08 jul. 2020.

BRASIL, **Portaria nº 47, de 17 de outubro de 1995**. Disponível em: <http://ojs.rbpg.CAPES.gov.br/index.php/rbpg/article/view/87/83>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL, **Portaria nº 60, de 20 de março de 2019**. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissionais, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. *Diário Oficial da União* 2019. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/68157853. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL, **Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 1999. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-CAPES-80-1998-12-16.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro 2009b**. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. *Diário Oficial da União* 2009a. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-Normativa-17-2009-12-29.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 7, de 22 de junho 2009a**. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Diário Oficial da União* 2009b. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-Normativa-7-2009-06-22.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

CARVALHO, A. V. C; GUIMARÃES, R.S; MAIA, T.A. Avaliação de egressos do mestrado profissional em poder legislativo. **Cefor**, 2019. 23 p. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodoavaliativo-2017-2020/RelatorioAvaliaoEgressosMestrado2019_versaoFINAL12jun19.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Mestrado Profissional: o que é?**, 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/mestrado-profissional-o-que-e>. Acesso em: 6 abr. 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Produção Técnica – Grupo de Trabalho**. 2019d. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 8 abr. 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Ficha de Avaliação 2017-2020. Área: Ciências Biológicas II**. 2021b Disponível em : https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/FICHA_CB2_AG_21.pdf. Acesso em: 8 abr. 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Documento de Área - Área 08: Ciências Biológicas II**. 2019c. Disponível em: <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/cb2-pdf>. Acesso em: 7 abr. 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Evolução do SNPG no decênio do PNPG 2011-2020**. Brasília-DF, agosto de 2021a.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Autoavaliação de Programas de Pós-Graduação - Grupo de Trabalho**, 2019a.

Disponível em: < <https://www.gov.br/CAPES/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-autoavaliacao-de-programas-de-pos-graduacao-pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. Orientações sobre o processo avaliativo CAPES. Ciclo 2017- 2020, 2020. Disponível em: < https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/ORIENTAES_PROCESSO_AVALIATIVO_INFORMATIVO_1.pdf>. Acesso em: 09 set. 2022.

COORDENAÇÃO MPF. Apresentação, objetivos, histórico e contextualização. Disponível em: <https://mpfmc.paginas.ufsc.br/historico/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

HAIR, J. F., *et al.* Development and validation of attitudes measurement scales: fundamental and practical aspects. **Rausp Management Journal**, [S.L.], v. 54, n. 4, p. 490-507, 14 out. 2019.

HORTALE, V. A., *et al.* Características e limites do mestrado profissional na área da Saúde: estudo com egressos da Fundação Oswaldo Cruz. **Ciência & Saúde Coletiva** [on-line]. 2010, v. 15, n. 4 [Acessado 6 Junho 2022] , pp. 2051-2058.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Brasil). Anais dos seminários regionais sobre autoavaliação institucional e comissões próprias de avaliação (CPA) [recurso eletrônico] / **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Organizado por Claudia Maffini Griboski e Stela Maria Meneghel. – Brasília : Inep, 2015.

INEP. Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. 120 p.

LEHFELD, N. A. S; *et al.* Reflexões sobre o processo de autoavaliação institucional: o olhar de uma comissão própria de avaliação. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)** [online]. 2010, v. 15, n. 1 [Acessado 31 Março 2022] , pp. 177-194.

LEITE, D., *et al.* A autoavaliação na Pós-Graduação (PG) como componente do processo avaliativo CAPES. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas) [online]. 2020, v. 25, n. 02 [Acessado 31 Março 2022] , pp. 339-353.

LEITE, Denise. Autoavaliação Institucional. Verbete. In: MOROSINI, Marília (ed.). **Enciclopédia de Pedagogia Universitária**. Glossário. Brasília, INEP, 2006. p.461-506. v. 2.

MAMEDE, W. Modelo para a avaliação de mestrados profissionais orientados à formação de recursos humanos para o SUS: um estudo de caso. 2016. viii, 339 f. **Tese (Doutorado em Ensino na Saúde)**—Universidade de Brasília, Brasília, 2016

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011. Plano Nacional de Pós-graduação PNPG 2011-2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=8759&Itemid=. Acesso em: 05 jul. 2020.

MOREIRA, M. A., NARDI, R. O. Mestrado profissional na área de Ensino de Ciências e Matemática: alguns esclarecimentos. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, v. 2, n. 3, p. 1-9, set./dez. 2009.

NEPOMUCENO, L. D. O.; COSTA, H. G.; SHIMODA, E. Impacto do mestrado profissional no desempenho dos seus egressos: intercomparação entre as percepções de discentes, docentes, coordenadores e empresa. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 17, n. 4, p. 817-828, Dez. 2010.

NISHIMURA, A. T. Avaliação de programas de doutorado em administração sob a perspectiva dos egressos. **Tese (Doutorado em Administração)** – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

NUNES, A. D. A. C.; FERNANDES, V. M. D. C. A inserção social no contexto dos mestrados profissionais: um olhar retrospectivo e prospectivo. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 1, n. 3, p. 29-45, 29 ago. 2017.

OLIVEIRA, W. P.; BITTENCOURT, W. J. M. A evasão na EaD: Uma análise sobre os dados e relatórios, ano base 2017, apresentados pelo Inep, UAB e Abed. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 3, 21 de janeiro de 2020.

OLLER Claudio *et al*. Parâmetros para Avaliação do Mestrado Profissional. **RBPG**, v. 2 n. 4, p. 151-155, jul. 2005.4(2):151-155.

PAIXÃO, R. B.; BRUNI, A. L. Mestrados profissionais: características, especificidades, diferenças e relatos de sucesso. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 14, n. 2, p. 279-310, 2013.

PASSOS, J. C.; GERGES, S. N. Y.; NETO, J. A. B. DA C. Três experiências do Mestrado Profissional em Engenharia Mecânica na UFSC. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 3, n. 5, 11, p. 117-128, jun. 2006.

PLATAFORMA SUCUPIRA. **Cursos avaliados e reconhecidos**. 2022. CAPES. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.xhtml>. Acesso em: 21 jun. 2022.

POLIT, D.; BECK, C. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática da enfermagem. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SANTOS JUNIOR, A. B. Avaliação de um mestrado profissional em nível de impacto social. 2019. 142 f., il. **Tese (Doutorado em Administração)** -Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SANTOS, B. G., *et al*. Similaridades e diferenças entre o Mestrado Acadêmico e o Mestrado Profissional enquanto política pública de formação no campo da Saúde Pública. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 941-952, Mar. 2019.

SANTOS, L. A. dos; MELO, V. Entre Córdoba e Bolonha: o REUNI e a contraditória expansão da universidade brasileira. **Revista Internacional de Educação Superior**,

Campinas, SP, v. 5, p. 1-22, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8653586>. Acesso em: 12 abr. 2022.

SILVA, A. S.; COSTA, I. F.; SANTOS, T. A. N. Competências e impactos do mestrado profissional. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 272-291, 27 jan. 2022.

TIMOTEO, M.E. Acompanhamento de egressos e avaliação de cursos de pós-graduação stricto sensu: uma proposta para mestrados profissionais. 2011. **Dissertação (Saúde Pública)** - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2011.

VERHINE, R. E. Pós-graduação no Brasil e nos Estados Unidos: Uma análise comparativa. **Educação**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 166-172, maio/ago. 2008.

VIEIRA, H. C.; CASTRO, A. E. D.; SCHUCH JÚNIOR, V. F. O uso de questionários via e-mail em pesquisas acadêmicas sob a ótica dos respondentes. **SemeAD** p. 1-12, set. 2010. 2177-3866. Disponível em:

<http://sistema.semead.com.br/13semead/resultado/trabalhosPDF/612.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2022.

VIEIRA, M. C.; CRUZ, R. A. A importância da educação continuada/permanente na área da saúde de no setor de enfermagem. **Revista Uningá**, [S. l.], v. 31, n. 1, 2012.

VINIEGRA, R F S *et al* . Egressos de um Mestrado Profissional em Saúde da Família: Expectativas, Motivações e Contribuições. **Revista Brasileira de Educação Médica** [on-line]. 2019, v. 43, n. 4 [Acessado 1 Junho 2022] , pp. 5-14.

APÊNDICE A - Questionário para avaliação dos egressos.

23/03/2022 16:26

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

Olá, este questionário faz parte da dissertação de Mestrado Profissional em Farmacologia (MPF - UFSC) de Jéssica Agne, sob orientação da Profa. Dra. Helena Cimarosti. Seu objetivo é refletir sobre as perspectivas dos egressos sobre os impactos do curso nas suas trajetórias profissional, acadêmica, pessoal e social e com isso propor um instrumento para acompanhamento de egressos e avaliação do MPF. O tempo de preenchimento é de aproximadamente 15 minutos. Desde já agradecemos a sua colaboração.

*Obrigatório

1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido *

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da Pesquisa: Avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da Universidade Federal de Santa Catarina através das perspectivas dos egressos do curso.

Pesquisador Responsável: Jéssica Agne. Endereço: Rua Amaro Antônio Vieira, 2155. Itacorubi – Florianópolis. Orientadora: Dr^a. Helena Cimarosti. Endereço: Laboratório de Investigação Neuroquímica, Departamento de Farmacologia, Centro de Ciências Biológicas, Campus Trindade, UFSC, Florianópolis. Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Telefones para contato: (48) 9 99919 3020 ou (48) 9 9916 8581. E-mail: agnejessica@gmail.com

O(A) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada Avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da Universidade Federal de Santa Catarina através das perspectivas dos egressos do curso. Por favor, leia este documento antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o(a) senhor(a) não consiga entender, converse com a pesquisadora responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora.

Esta pesquisa visa avaliar o Mestrado Profissional em Farmacologia (MPF) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) através das perspectivas dos egressos do curso, e está sendo desenvolvida pela mestrandia Jéssica Agne do MPF da UFSC, sob a orientação da Prof^a Dr^a. Helena Cimarosti.

Os objetivos do estudo são refletir sobre as perspectivas dos egressos do MPF da UFSC sobre os impactos do curso nas trajetórias profissional, acadêmica, pessoal e social. A finalidade deste trabalho é determinar quais são as percepções do impacto profissional e institucional do MPF; investigar junto aos egressos, a existência de deficiências ou carências ao longo do programa, a fim de propor melhorias; e por fim, propor um instrumento para acompanhamento de egressos e avaliação do MPF.

Como instrumento de coleta de dados, elaborou-se um questionário eletrônico para preenchimento *on-line*. Será enviado por correio eletrônico um documento explicativo, com os objetivos e a justificativa do estudo, e em seguida, o *link* para acesso ao questionário que ficará disponível por 30 dias. Foi desenvolvido um questionário de autopreenchimento, semiestruturado, com questões fechadas binárias, de múltipla escolha ou escalonadas e algumas questões com opção de resposta aberta. A redação procurou ser objetiva, simples, clara, sem ambiguidades e com frases condizentes com o atributo.

Todas as informações colhidas e os resultados serão analisados em caráter estritamente científico, mantendo-se a confidencialidade do participante a todo momento. Este estudo não oferece riscos a integridade física do participante. Pode oferecer riscos psicológicos e emocionais dentre eles possibilidade de constrangimento ao responder o questionário, desconforto, vergonha, quebra de sigilo, cansaço ao responder às perguntas, logo os procedimentos podem evocar memórias e mobilizar sentimentos nem sempre agradáveis nos participantes.

A pesquisadora se disponibiliza em prestar assistência integral aos participantes da pesquisa no que se refere às complicações e danos decorrentes da pesquisa. Caso haja desconforto durante a entrevista poderá realizar em outro momento, dentro do prazo para participação, e caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, ou seja, o participante tem liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.

Informo que sua participação é totalmente voluntária e que o(a) senhor(a) não pagará, nem será remunerado por sua participação. Caso tenha qualquer despesa relacionada a participação na

23/03/2022 16:26

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

pesquisa, as mesmas serão ressarcidas pela pesquisadora.

Os resultados desta pesquisa, serão apresentados ao final da mesma, em forma escrita e em defesa pública, nas dependências da universidade.

Por ocasião da publicação, solicitamos sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica nacional e/ou internacional, salientando que seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Ao fim do estudo, se houver necessidade, poderá entrar em contato com a pesquisadora para possível esclarecimento de qualquer dúvida. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Os pesquisadores se comprometem a seguir a legislação Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 na qual se baseia este TCLE. Conforme previsto em legislação, terá direito a indenização material para reparação de dano sofrido decorrente da pesquisa ao participante da pesquisa.

Para mais informações contate o CEP-UFSC: Prédio Reitoria II, R Desembargador Vítor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88.040-400, Contato: (48) 3721-6094, cep.propesq@contato.ufsc.br.

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações).

Marcar apenas uma oval.

CONCORDO

NÃO CONCORDO

2. Eu,(NOME) _____, li o documento acima e obtive dos pesquisadores todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido e optar por livre e espontânea vontade participar da pesquisa. *

IDENTIFICAÇÃO

3. Sexo *

Marcar apenas uma oval.

Feminino

Masculino

23/03/2022 16:26

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

4. Curso de Graduação: *

5. Natureza da instituição em que se formou: *

Marcar apenas uma oval. Privada Pública

6. Qual foi o principal motivo que levou você a cursar o MPF? *

Marcar apenas uma oval. Recomendação institucional, como forma de aprimoramento Recomendação institucional, como condição de ascensão profissional Iniciativa pessoal Outro: _____

7. Porque você procurou o MPF da UFSC para realizar seu mestrado? (Assinale até três motivos mais importantes) *

Marque todas que se aplicam. Tradição da instituição Prestígio da instituição Excelência do curso Interesse na linha de pesquisa oferecida Conveniência decorrente da estruturação do curso Interesse num orientador específico Sem pagamento de mensalidadeOutro: _____

8. Dos aspectos listados abaixo, indique aquele que melhor expressava a sua expectativa em relação a participação no MPF: *

Marcar apenas uma oval.

- Aumentar/atualizar os conhecimentos na área de atuação
- Desenvolver habilidades para abordar um problema cientificamente
- Desenvolver proposta de melhoria no processo de trabalho
- Ascender na carreira profissional
- Participar de um espaço de reflexão
- Apenas cumprir determinação da chefia
- Outro: _____

IMPACTOS PROFISSIONAIS

9. Após o término do MPF, você: *

Marcar apenas uma oval.

- Continuou exercendo as mesmas atividades
- Obteve ascensão na carreira, como promoção ou nova função
- Passou a exercer outra atividade relacionada com a formação no MPF
- Passou a exercer outra atividade não relacionada com a formação no MPF

10. Como você avalia a relação entre o MPF e seu processo de trabalho? *

Marcar apenas uma oval.

- O MPF produziu modificações substanciais no seu processo de trabalho
- O MPF produziu poucas modificações no seu processo de trabalho
- Não havia relações entre o MPF e as atividades que você desempenha
- Deveria ter feito outro curso
- Outro: _____

11. Qual a principal mudança que o MPF proporcionou no seu processo de trabalho? *

Marcar apenas uma oval.

- Ampliou sua capacidade de elaborar soluções para os problemas de trabalho
- Aumentou seus conhecimentos técnicos, mas pouco alterou sua capacidade de elaborar soluções para os problemas de trabalho
- Não teve impacto no seu processo de trabalho
- Serviu basicamente para a sua promoção
- Outro: _____

IMPACTOS ACADÊMICOS

12. Você considera que sua pesquisa desenvolvida durante o MPF: *

Marcar apenas uma oval.

- Gerou impacto positivo na sua instituição de trabalho
- Gerou impacto positivo na sociedade atendida pela seu local de trabalho
- O conteúdo da pesquisa não era apropriado ao processo de trabalho no qual você está inserido
- Não teve apoio da instituição para implementação da pesquisa
- O produto não ficou como planejado

13. Em decorrência do MPF, você (também) passou a atuar como: *

Marcar apenas uma oval.

- Docente
- Orientador
- Examinador em banca de defesa
- Não atua na área acadêmica, mas gostaria
- Não tem interesse na academia até o momento

14. Você continua atuando como pesquisador na área de alguma forma? *

Marcar apenas uma oval.

- Produção técnico-científica
- Aplicação no seu ambiente de trabalho
- Participação em congressos sobre o tema
- Não tem mais interesse

15. Você deu continuidade aos estudos iniciados no MPF de alguma maneira? *

Marcar apenas uma oval.

- Preparação para doutorado / cursando doutorado
- Elaboração de estudos, artigos e notas técnicas
- Ministrando aula em curso de graduação, realizando palestras, ministrando cursos e outras atividades
- Não deu continuidade

16. Você teria interesse em ser uma conexão entre o MPF e o seu local de atuação profissional para que ambos realizassem uma cooperação técnico-científica? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Talvez

17. Sua dissertação se transformou em qual(is) dos produtos técnico-tecnológicos (PTTs) listados abaixo *

Marque todas que se aplicam.

- Ativos de propriedade intelectual (depósito de patente)
- Empresa de base tecnológica ou organização social inovadora
- Software (Programa de computador e Apps)
- Norma ou marco regulatório
- Produto / processo não patenteável – Cuidados e promoção da saúde
- Produto bibliográfico técnico – tecnológico (artigo)
- Curso / Programa de formação profissional ou educacional
- Relatório técnico conclusivo
- Material didático e/ou instrucional e/ou para popularização da ciência (cartilha, programa de mídia)
- Manual / protocolo
- Organização de eventos
- Produto de editoração (livro, catálogo, coletânea)
- Base de dados técnico científica

18. Sua dissertação foi publicada? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

19. Se foi publicada, onde?

20. Sua dissertação (ou trabalhos / atividade derivada) poderia ser aplicada / aproveitada em outro local de atuação profissional similar *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Sim, com alguns ajustes
- Não

23/03/2022 16:26

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

21. O MPF tem visibilidade on-line suficiente? As estratégias de divulgação são apropriadas? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Sim, mas poderia ter mais divulgação
- Não, precisa ampliar os canais de divulgação
- Não, precisa melhorar as informações na página principal

IMPACTOS SOCIAIS

22. Em decorrência do MPF, você desenvolveu, coordenou ou participou de ações que produziram algum tipo de impacto social *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

23. De que forma você atuou em ações de impacto social? *

Marcar apenas uma oval.

- Organização de evento envolvendo comunidade externa à academia
- Produção de material para popularização da ciência
- Curso / Programa de formação profissional – Educação continuada
- Curso / Programa de formação educacional – População
- Produto destinado aos cuidados e a promoção à saúde

23/03/2022 16:26

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

24. No seu ponto de vista o MPF está gerando retorno para a sociedade? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, sua dissertação teve este desfecho
- Sim, mas precisa melhorar o incentivo do programa neste aspecto
- Não, o foco é outro

IMPACTOS PESSOAIS

25. A rede de contatos construída durante o MPF trouxe impactos positivos para você? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

26. Você teve apoio/incentivo da coordenação do seu trabalho? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, consegui liberação para as aulas presenciais sem necessidade de repor a carga horária
- Sim, porém foi necessário repor todas as horas em que estive ausente
- Não, precisei me organizar para dar conta do trabalho e do mestrado

23/03/2022 16:26

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

27. Você consegue definir entre as opções abaixo como foi conciliar vida pessoal, profissional e MPF? *

Marcar apenas uma oval.

- Tranquilo
 Desafiador
 Difícil
 Cansativo
 Não foi possível conciliar

28. Na sua opinião o MPF tem como principal finalidade: *

Marcar apenas uma oval.

- Produção científica
 Produção acadêmica
 Produção social
 Capacitação profissional
 Aprimoramento pessoal
 Todas as opções anteriores
 Nenhuma das opções anteriores

29. O que o(a) impediria de acompanhar as atividades (bancas, eventos, palestras, etc.) realizadas pelo MPF? *

Marcar apenas uma oval.

- Horário
 Distância
 Acesso às informações
 Não tenho interesse

23/03/2022 16:26

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

30. Você teria interesse em cursar Doutorado Profissional em Farmacologia pela UFSC?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Talvez

EM RELAÇÃO A PROPOSTA DO MPF DA UFSC

Avalie os seguintes critérios do curso utilizando a escala de valores

31. Processo seletivo: Organização, conteúdo e avaliação *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

32. Conjunto de disciplinas ofertadas: Adequação das disciplinas às reais necessidades do MPF *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

33. Ordem cronológica das disciplinas: Concentração das disciplinas semanalmente no primeiro ano do programa *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

23/03/2022 16:26

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

34. Conteúdos abordados: Escolha dos principais temas discutidos em aula *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

35. Uso da plataforma digital Moodle: Disponibilização de materiais, cronogramas e ferramentas de estudo pelos docentes *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

36. Uso da plataforma digital – Ensino a distância (EAD): Como você acha que seria a qualidade das disciplinas e avaliações se adotasse a opção aula a distância *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

37. Ensino a distância (EAD) x Deslocamento: Aulas EAD para evitar o deslocamento até a UFSC no primeiro ano do MPF *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

23/03/2022 16:26

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

38. Corpo docente: Comprometimento dos docentes com os alunos do MPF *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

39. Prática pedagógica adotada: Aulas concentradas 1 vez na semana, no primeiro ano do programa *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

40. Prática pedagógica adotada: Elaboração da dissertação focada no segundo ano do programa *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

41. Aprendizagem de trabalho em equipe: Realização de trabalhos, aulas e discussões em grupos pequenos *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

23/03/2022 16:26

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

42. Utilização de situação - problema e oportunidade de problematização:
Utilização de rodas de discussão, seminários, mesa redonda como metodologia
de ensino e aprendizado *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

43. Estratégia de avaliação dos alunos: Avaliação focada em seminários *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

44. Estratégia de avaliação de docentes e disciplinas pelos alunos: Realização
periódica de avaliação das disciplinas e do corpo docente *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

45. Orientação da dissertação: Definição do orientador, disponibilidade e retorno
ao longo dos 24 meses *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

23/03/2022 16:26

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

46. As dissertações (e trabalhos / atividades derivadas): Qualidade *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

47. As dissertações (e trabalhos / atividades derivadas): Inovação e repercussão regional/nacional? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

48. As dissertações (e trabalhos / atividades derivadas): Disponibilidade on-line e de forma gratuita *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

49. Relação da coordenação acadêmica com os alunos: No processo de comunicação, auxílio e tomada de decisão *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

23/03/2022 16:26

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

50. Instalações e serviços: Infraestrutura ofertada pela UFSC *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

51. Orientação sobre elaboração de artigos científicos: Ênfase na metodologia científica e elementos mais importantes para elaboração de artigos e publicações *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

52. Estímulo a busca ativa de dados em bases eletrônicas: Uso de bases de dados, descritores e demais ferramentas disponíveis *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

53. Engajamento dos discentes e egressos nas atividades desenvolvidas: Preparo, interesse, participação, pontualidade, frequência *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

23/03/2022 16:26

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

54. Desenvolvimento de habilidade de comunicação: Estimulo ao desenvolvimento da capacidade de comunicação dos alunos através da participação ativa nas aulas *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

55. Informações contidas no site do curso (<https://mpfmc.paginas.ufsc.br/>): Conteúdo, divulgação das atividades, bancas, palestras, etc. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

56. Comentários e sugestões acerca do MPF (pontos positivos e a melhorar):

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**Baseado nas diretrizes contidas na resolução CNS N°466/2012, MS****DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Título do Projeto: Avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da Universidade Federal de Santa Catarina através das perspectivas dos egressos do curso

Pesquisador Responsável: Jéssica Agne

Endereço: Rua Amaro Antônio Vieira, 2155. Itacorubi - Florianópolis

Orientadora: Dr^a. Helena Cimarosti

Endereço: Laboratório de Investigação Neuroquímica, Departamento de Farmacologia, Centro de Ciências Biológicas, Campus Trindade, UFSC, Florianópolis.

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Telefones para contato: (48) 9 99919 3020 ou (48) 9 9916 8581

E-mail: agnejessica@gmail.com

Prezado (a) Senhor (a) _____

O(A) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada Avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da Universidade Federal de Santa Catarina através das perspectivas dos egressos do curso. Por favor, leia este documento antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o(a) senhor(a) não consiga entender, converse com a pesquisadora responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora.

Esta pesquisa visa avaliar o Mestrado Profissional em Farmacologia (MPF) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) através das perspectivas dos egressos do curso, e está sendo desenvolvida pela mestranda Jéssica Agne do MPF da UFSC, sob a orientação da Prof^a Dr^a. Helena Cimarosti.

Os objetivos do estudo são refletir sobre as perspectivas dos egressos do MPF da UFSC sobre os impactos do curso nas trajetórias profissional, acadêmica, pessoal e social. A finalidade

deste trabalho é determinar quais são as percepções do impacto profissional e institucional do MPF; investigar junto aos egressos, a existência de deficiências ou carências ao longo do programa, a fim de propor melhorias; e por fim, propor um instrumento para acompanhamento de egressos e avaliação do MPF.

Como instrumento de coleta de dados, elaborou-se um questionário eletrônico para preenchimento *on-line*. Será enviado por correio eletrônico um documento explicativo, com os objetivos e a justificativa do estudo, e em seguida, o *link* para acesso ao questionário que ficará disponível por 60 dias. Foi desenvolvido um questionário de autopreenchimento, semiestruturado, com questões fechadas binárias, de múltipla escolha ou escalonadas e algumas questões com opção de resposta aberta. A redação procurou ser objetiva, simples, clara, sem ambiguidades e com frases condizentes com o atributo.

Todas as informações colhidas e os resultados serão analisados em caráter estritamente científico, mantendo-se a confidencialidade do participante a todo momento. Este estudo não oferece riscos a integridade física do participante. Pode oferecer riscos psicológicos e emocionais dentre eles possibilidade de constrangimento ao responder o questionário, desconforto, vergonha, quebra de sigilo, cansaço ao responder às perguntas, logo os procedimentos podem evocar memórias e mobilizar sentimentos nem sempre agradáveis nos participantes.

A pesquisadora se disponibiliza em prestar assistência integral aos participantes da pesquisa no que se refere às complicações e danos decorrentes da pesquisa. Caso haja desconforto durante a entrevista poderá realizar em outro momento, dentro do prazo para participação, e caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, ou seja, o participante tem liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.

Informo que sua participação é totalmente voluntária e que o(a) senhor(a) não pagará, nem será remunerado por sua participação. Caso tenha qualquer despesa relacionada a participação na pesquisa, as mesmas serão ressarcidas pela pesquisadora.

Os resultados desta pesquisa, serão apresentados ao final da mesma, em forma escrita e em defesa pública, nas dependências da universidade.

Por ocasião da publicação, solicitamos sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica nacional e/ou internacional, salientando que seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Ao fim do estudo, se houver necessidade, poderá entrar em contato com a pesquisadora para possível esclarecimento de qualquer dúvida.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Os pesquisadores se comprometem a seguir a legislação Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 na qual se baseia este TCLE.

Conforme previsto em legislação, terá direito a indenização material para reparação de dano sofrido decorrente da pesquisa ao participante da pesquisa.

Este TCLE deve ser rubricado em todas as páginas por todos os envolvidos.

Para mais informações contate o CEP-UFSC: Prédio Reitoria II, R Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88.040-400, Contato: (48) 3721-6094, cep.propesq@contato.ufsc.br.

Considerando, que fui informado (a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Assinatura do participante

Pesquisadora: Jéssica Agne

Florianópolis, _____ de _____ de 20__.

APÊNDICE C – Questionário Reformulado

19/07/2022 18:45

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

Olá, este questionário faz parte do programa de autoavaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia (MPF - UFSC). Seu objetivo é refletir sobre as perspectivas dos egressos sobre os impactos do curso nas suas trajetórias profissional, acadêmica, pessoal e social e com isso estar em constate melhoria do curso. O tempo de preenchimento é de aproximadamente 10 minutos. Desde já agradecemos a sua colaboração.

*Obrigatório

IDENTIFICAÇÃO

1. Sexo *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
 Masculino

2. Curso de Graduação: *

3. Natureza da instituição em que se formou: *

Marcar apenas uma oval.

- Privada
 Pública

4. Porque você procurou o MPF da UFSC para realizar seu mestrado? (Assinale até * três motivos mais importantes)

Marque todas que se aplicam.

- Tradição da instituição
- Prestígio da instituição
- Excelência do curso
- Interesse na linha de pesquisa oferecida
- Conveniência decorrente da estruturação do curso
- Interesse num orientador específico
- Sem pagamento de mensalidade
- Outro: _____

IMPACTOS PROFISSIONAIS

5. Como você avalia a relação entre o MPF e seu processo de trabalho? *

Marcar apenas uma oval.

- O MPF produziu modificações substanciais no seu processo de trabalho
- O MPF produziu poucas modificações no seu processo de trabalho
- Não havia relações entre o MPF e as atividades que você desempenha
- Deveria ter feito outro curso
- Outro: _____

6. Qual a principal mudança que o MPF proporcionou no seu processo de trabalho? *

Marcar apenas uma oval.

- Ampliou sua capacidade de elaborar soluções para os problemas de trabalho
- Aumentou seus conhecimentos técnicos, mas pouco alterou sua capacidade de elaborar soluções para os problemas de trabalho
- Não teve impacto no seu processo de trabalho
- Serviu basicamente para a sua promoção
- Outro: _____

IMPACTOS ACADÊMICOS

7. Em decorrência do MPF, você (também) passou a atuar como: *

Marcar apenas uma oval.

- Docente
- Orientador
- Examinador em banca de defesa
- Não atua na área acadêmica, mas gostaria
- Não tem interesse na academia até o momento

8. Você continua atuando como pesquisador na área de alguma forma? *

Marcar apenas uma oval.

- Produção técnico-científica
- Aplicação no seu ambiente de trabalho
- Participação em congressos sobre o tema
- Não tem mais interesse

19/07/2022 18:45

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

9. Sua dissertação se transformou em qual(is) dos produtos técnico-tecnológicos * (PTTs) listados abaixo

Marque todas que se aplicam.

- Ativos de propriedade intelectual (depósito de patente)
- Empresa de base tecnológica ou organização social inovadora
- Software (Programa de computador e Apps)
- Norma ou marco regulatório
- Produto / processo não patenteável – Cuidados e promoção da saúde
- Produto bibliográfico técnico – tecnológico (artigo)
- Curso / Programa de formação profissional ou educacional
- Relatório técnico conclusivo
- Material didático e/ou instrucional e/ou para popularização da ciência (cartilha, programa de mídia)
- Manual / protocolo
- Organização de eventos
- Produto de editoração (livro, catálogo, coletânea)
- Base de dados técnico científica

10. Sua dissertação foi publicada? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

11. Se foi publicada, onde?

19/07/2022 18:45

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

12. O MPF tem visibilidade on-line suficiente? As estratégias de divulgação são apropriadas? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Sim, mas poderia ter mais divulgação
- Não, precisa ampliar os canais de divulgação
- Não, precisa melhorar as informações na página principal

IMPACTOS SOCIAIS

13. Em decorrência do MPF, você desenvolveu, coordenou ou participou de ações que produziram algum tipo de impacto social *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

14. De que forma você atuou em ações de impacto social? *

Marcar apenas uma oval.

- Organização de evento envolvendo comunidade externa à academia
- Produção de material para popularização da ciência
- Curso / Programa de formação profissional – Educação continuada
- Curso / Programa de formação educacional – População
- Produto destinado aos cuidados e a promoção à saúde
- Não gerou nenhum tipo de impacto social

19/07/2022 18:45

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

15. No seu ponto de vista o MPF está gerando retorno para a sociedade? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, sua dissertação teve este desfecho
- Sim, mas precisa melhorar o incentivo do programa neste aspecto
- Não, o foco é outro

IMPACTOS PESSOAIS

16. A rede de contatos construída durante o MPF trouxe impactos positivos para você? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

17. Você consegue definir entre as opções abaixo como foi conciliar vida pessoal, profissional e MPF? *

Marcar apenas uma oval.

- Tranquilo
- Desafiador
- Difícil
- Cansativo
- Não foi possível conciliar

19/07/2022 18:45

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

18. O que o(a) impediria de acompanhar as atividades (bancas, eventos, palestras, * etc.) realizadas pelo MPF?

Marcar apenas uma oval.

- Horário
- Distância
- Acesso às informações
- Não tenho interesse

19. Você teria interesse em cursar Doutorado Profissional em Farmacologia pela UFSC?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Talvez

EM RELAÇÃO A PROPOSTA DO MPF DA UFSC

Avalie os seguintes critérios do curso utilizando a escala de valores

20. Processo seletivo: Organização, conteúdo e avaliação *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

19/07/2022 18:45

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

21. Conjunto de disciplinas ofertadas: Adequação das disciplinas às reais necessidades do MPF *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

22. Ordem cronológica das disciplinas: Concentração das disciplinas semanalmente no primeiro ano do programa *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

23. Conteúdos abordados: Escolha dos principais temas discutidos em aula *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

24. Uso da plataforma digital Moodle: Disponibilização de materiais, cronogramas e ferramentas de estudo pelos docentes *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

19/07/2022 18:45

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

25. Uso da plataforma digital – Ensino a distância (EAD): Como você acha que seria a qualidade das disciplinas e avaliações se adotasse a opção aula a distância *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

26. Ensino a distância (EAD) x Deslocamento: Aulas EAD para evitar o deslocamento até a UFSC no primeiro ano do MPF *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

27. Corpo docente: Comprometimento dos docentes com os alunos do MPF *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

28. Prática pedagógica adotada: Aulas concentradas 1 vez na semana, no primeiro ano do programa *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

19/07/2022 18:45

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

29. Prática pedagógica adotada: Elaboração da dissertação focada no segundo ano do programa *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

30. Aprendizagem de trabalho em equipe: Realização de trabalhos, aulas e discussões em grupos pequenos *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

31. Utilização de situação - problema e oportunidade de problematização: Utilização de rodas de discussão, seminários, mesa redonda como metodologia de ensino e aprendizado *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

32. Estratégia de avaliação dos alunos: Avaliação focada em seminários *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

19/07/2022 18:45

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

33. Estratégia de avaliação de docentes e disciplinas pelos alunos: Realização periódica de avaliação das disciplinas e do corpo docente *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

34. Orientação da dissertação: Definição do orientador, disponibilidade e retorno ao longo dos 24 meses *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

35. As dissertações (e trabalhos / atividades derivadas): Qualidade *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

36. As dissertações (e trabalhos / atividades derivadas): Inovação e repercussão regional/nacional? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

19/07/2022 18:45

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

37. As dissertações (e trabalhos / atividades derivadas): Disponibilidade on-line e de forma gratuita *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

38. Relação da coordenação acadêmica com os alunos: No processo de comunicação, auxílio e tomada de decisão *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

39. Instalações e serviços: Infraestrutura ofertada pela UFSC *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

40. Orientação sobre elaboração de artigos científicos: Ênfase na metodologia científica e elementos mais importantes para elaboração de artigos e publicações *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

19/07/2022 18:45

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

41. Estímulo a busca ativa de dados em bases eletrônicas: Uso de bases de dados, descritores e demais ferramentas disponíveis *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

42. Engajamento dos discentes e egressos nas atividades desenvolvidas: Preparo, interesse, participação, pontualidade, frequência *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

43. Desenvolvimento de habilidade de comunicação: Estimulo ao desenvolvimento da capacidade de comunicação dos alunos através da participação ativa nas aulas *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

44. Informações contidas no site do curso (<https://mpfmc.paginas.ufsc.br/>): Conteúdo, divulgação das atividades, bancas, palestras, etc. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito ruim	<input type="radio"/>	Muito bom				

19/07/2022 18:45

Questionário sobre avaliação do Mestrado Profissional em Farmacologia da UFSC

45. Comentários e sugestões acerca do MPF (pontos positivos e a melhorar):

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: AVALIAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM FARMACOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DAS PERSPECTIVAS DOS EGRESSOS

Pesquisador: Helena Cimarosti

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 36476720.9.0000.0121

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Catarina

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.313.306

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa de Mestrado intitulada "AVALIAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM FARMACOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DAS PERSPECTIVAS DOS EGRESSOS", da mestranda Jéssica Agne, sob orientação da profa. Helena Cimarosti do Programa de Pós-graduação em Farmacologia da UFSC.

Será um estudo exploratório, seccional, com levantamento de dados quantitativos e qualitativos acerca das relações entre a formação no Mestrado Profissional em Farmacologia (MPF) e as perspectivas do egresso com relação ao curso.

O universo do estudo será formado pelos egressos (20) que aceitarem participar da pesquisa, identificados por meio de uma listagem eletrônica fornecida pela coordenação do curso. Contemplará os egressos a partir do ano de 2014, primeira turma após o Colegiado decidir por cancelar a abertura de uma nova turma na cidade de Toledo, sendo a primeira turma sediada no município de Florianópolis.

Como instrumento de coleta de dados, elaborou-se um questionário eletrônico para preenchimento on-line. Será enviado por correio eletrônico um documento explicativo, com os

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 4.313.306

objetivos e a justificativa do estudo, e em seguida, o link para acesso ao questionário que ficará disponível por trinta dias. Os respondentes não serão identificados.

Os dados coletados serão armazenados em planilhas do programa Microsoft Excel 2016 e apresentados na forma de gráficos e tabelas e comparados utilizando as ferramentas de análise estatística julgadas mais adequadas.

Crítérios de Inclusão:

Todos os egressos do MPF da UFSC que aceitarem participar da pesquisa, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE.

Crítérios de Exclusão:

Os egressos que ainda não tenham finalizado o MPF e aqueles que finalizaram o curso, mas ainda não entregaram todos os documentos pertinentes a obtenção do título de mestre, serão excluídos. E, embora o termo egresso possa ser utilizado para referir-se ao aluno formado ou abranger os alunos que saíram do curso por abandono, transferência ou jubramento, para a realização do presente estudo, será considerado como egresso apenas o aluno que concluiu seus estudos no curso.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Refletir sobre as perspectivas dos egressos do MPF da UFSC sobre os impactos do curso nas trajetórias profissional, acadêmica, pessoal e social.

Objetivos Secundários:

- Determinar quais são as percepções do impacto profissional e institucional do MPF do ponto de vista dos discentes;
- Identificar, junto aos mestrandos, professores e coordenadores do programa propostas de novas abordagens para o curso;
- Investigar junto aos egressos, a existência de deficiências ou carências ao longo do programa, a fim de propor melhorias;
- Propor um instrumento para acompanhamento de egressos e avaliação do MPF.

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 4.313.306

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Informação dos riscos na Plataforma Brasil está adequada, sendo que o pesquisador informa: "Este estudo não oferece riscos a integridade física do participante. Pode oferecer riscos psicológicos e emocionais dentre eles possibilidade de constrangimento ao responder o questionário, desconforto, vergonha, quebra de sigilo, cansaço ao responder às perguntas."

Benefícios:

Informação dos benefícios na Plataforma Brasil está adequada, sendo que o pesquisador informa: "Auxiliar na avaliação do curso visando melhorias para os próximos mestrados que ingressarem no Mestrado Profissional em Farmacologia. Compartilhar pontos positivos e negativos do mestrado para estar sempre em busca de melhorias nos programas de educação ofertados pela UFSC."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- 1) A redação dos Riscos e Benefícios está de acordo com as indicações do documento orientações para evitar pendências do CEP/SH/UFSC.
- 2) Folha de Rosto está adequada, assinada pela responsável da pesquisa, Helena Cimarosti, e o Coordenador do Mestrado Profissional em Farmacologia, Leandro Jose Bertoglio, em 07/08/2020.
- 3) Carta de anuência: apresenta carta de anuência do Programa de Pós-graduação em Farmacologia, assinada pelo coordenador Leandro José Bertoglio, em 03/09/2020.
- 4) TCLE: apresenta um TCLE para o participante da pesquisa, que contempla as exigências da resolução 466/2012.
- 5) Consta do processo o questionário a ser aplicado aos egressos.
- 6) Cronograma: O cronograma da Plataforma Brasil informa que a coleta de dados da pesquisa acontecerá em 01/11/2020 e 29/01/2021.

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 4.313.306

- 7) Orçamento: informa despesas de R\$ 2.645,90 com financiamento próprio.

Recomendações:

Por recomendação da CONEP, solicita-se que seja removida do TCLE a informação de RG da participante (também não devem constar informações como CPF, endereço e outras semelhantes). "Embora se entenda que, do ponto de vista jurídico, o TCLE represente um contrato entre o participante de pesquisa e o pesquisador, o TCLE tem a função precípua de informar e respeitar a autonomia do participante de pesquisa e não propriamente de se estabelecer vínculo contratual entre as partes. Informações adicionais, além do nome e data de assinatura, não são considerados essenciais do ponto de vista bioético."

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclusão: Todas as pendências foram resolvidas. Pela aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1607848.pdf	08/09/2020 22:18:54		Aceito
Outros	RESPOSTAASPENDENCIAS.pdf	08/09/2020 22:17:22	Helena Cimarosti	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACAOANUENCIA.pdf	08/09/2020 22:13:13	Helena Cimarosti	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAOPESQUISADORES.pdf	08/09/2020 22:11:36	Helena Cimarosti	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEALTERADO.pdf	08/09/2020 21:57:21	Helena Cimarosti	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOCOMPLETOALTERADO.pdf	08/09/2020 21:57:01	Helena Cimarosti	Aceito

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 4.313.306

Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinado.pdf	10/08/2020 11:35:43	Helena Cimarosti	Aceito
----------------	---------------------------	------------------------	------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FLORIANOPOLIS, 01 de Outubro de 2020

Assinado por:
Maria Luiza Bazzo
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br